

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS****Decreto n.º 46/2003**

de 15 de Outubro

A União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP) é uma organização intergovernamental formada por 26 Estados, com sede em Montevidéu, na República Oriental do Uruguai.

Fundada em 1911, sob a designação de União Postal Sul-Americana, esta organização tem visto o seu âmbito e designação serem sucessivamente alterados.

Assim, em Janeiro de 1991, com a adesão de Portugal, a organização assumiu a designação actual.

Desde então Portugal tem vindo a participar, com assiduidade, nos trabalhos da organização.

No quadro das actividades da UPAEP, têm lugar congressos que, de cinco em cinco anos, reúnem os mais altos representantes dos Estados para discutir questões de política geral e gestão da União, fixar as respectivas prioridades de acção e proceder às necessárias revisões dos instrumentos fundamentais.

Em 2000, realizou-se no Panamá o XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal. Neste Congresso, foram aprovados os actos finais que contêm o Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal e o Regulamento Geral da União Postal das Américas, Espanha e Portugal.

Tendo em conta o voto favorável de Portugal, expresso no Congresso da UPAEP de 2000, relativamente à adopção dos instrumentos supramencionados, apresenta-se como necessária a aprovação dos mesmos pelo Estado Português.

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova os actos finais do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, realizado no Panamá em 2000, que contêm o Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal e o Regulamento Geral da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, cujo texto nas versões nas línguas portuguesa e espanhola se publica em anexo ao presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Agosto de 2003. — *José Manuel Durão Barroso* — *António Manuel de Mendonça Martins da Cruz* — *Carlos Manuel Tavares da Silva*.

Assinado em 24 de Setembro de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Setembro de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

**SEXTO PROTOCOLO ADICIONAL À CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS, ESPANHA E PORTUGAL**

Os representantes plenipotenciários dos Governos dos países membros da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, reunidos na cidade do Panamá, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Constituição da

União, adoptaram, sob reserva de ratificação, as seguintes alterações à Constituição:

**Artigo I**

(artigo 1.º, alterado)

**Integração, território e liberdade de trânsito — Objectivos e estratégias da União**

1 — Os países cujos governos adoptem a presente Constituição formam, sob a denominação de União Postal das Américas, Espanha e Portugal, um só território postal para o intercâmbio dos envios de correspondência compreendidos nas prestações públicas obrigatórias e nas prestações facultativas, em condições equivalentes ou mais favoráveis para os clientes que as estabelecidas pela União Postal Universal.

2 — Está garantida a liberdade de trânsito em todo o território da União.

3 — A União tem como principais objectivos e finalidades estratégicas:

- a) Coordenar a regulação e a orientação da actividade postal global entre os países membros, para assegurar a prestação do serviço universal em condições de igualdade de acesso, como forma de garantir a qualidade da prestação e salvaguardar os direitos dos clientes;
- b) Promover acções destinadas a assegurar a cooperação entre os países membros da União, tendo em conta o desenvolvimento harmonioso, e a qualidade das redes e dos serviços postais;
- c) Promover o desenvolvimento dos operadores postais e estabelecer vínculos de cooperação recíproca no que se refere à modernização, à melhoria da qualidade e ao estabelecimento de sistemas comuns de controlo;
- d) Favorecer uma acção comercial comum em termos de mercado e a produção de produtos postais com elevado valor acrescentado e de qualidade;
- e) Desenvolver acções concretas destinadas a melhorar o serviço postal internacional e a gestão dos operadores dos países membros;
- f) Organizar acções de formação profissional e de melhoria da qualidade e da capacidade técnica dos trabalhadores dos correios, bem como do desenvolvimento dos sistemas de trabalho dos operadores dos países membros;
- g) Favorecer a aplicação de novos sistemas de tecnologia postal, de forma harmoniosa e integrada;
- h) Facilitar a prática da actividade postal mediante uma acção directa desenvolvida junto de outras organizações que exerçam actividades conexas;
- i) Definir e desenvolver acções e posições comuns perante as organizações internacionais, em particular na União Postal Universal e nas respectivas uniões restritas, bem como perante outros organismos, a fim de defender os interesses comuns dos países membros;
- j) Promover e facilitar a cooperação para o financiamento de projectos integrais de desenvolvimento e modernização dos operadores postais, estabelecendo e facilitando as relações entre estes e os organismos de crédito internacionais, e outras instituições financeiras;

- k) Desenvolver acções destinadas a garantir a criação de infra-estruturas postais comuns aos vários países membros;
- l) Em geral, melhorar, desenvolver e actualizar os serviços postais dos países membros, através de uma cooperação e colaboração estreita.

## Artigo II

(artigo 8.º, alterado)

### Privilégios e imunidade

1 — A União gozará, no território de cada país membro, dos privilégios e da imunidade necessários para a consecução dos seus objectivos.

2 — Os representantes dos países membros e das administrações postais que integram as delegações nas reuniões dos órgãos da União ou que executem missões oficiais por conta da organização também gozarão dos privilégios e da imunidade necessários para o exercício das suas actividades.

3 — O pessoal da Secretaria-Geral da UPAEP também gozará destas prerrogativas sempre que cumprir missões oficiais.

## Artigo III

**Entrada em vigor e duração do Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal**

O presente Protocolo Adicional será posto em execução em 1 de Janeiro de 2001 e permanecerá em vigor por tempo indeterminado.

E, por ser verdade, os representantes plenipotenciários dos governos dos países membros redigiram o presente Protocolo Adicional, que terá a mesma força e o mesmo valor como se as suas disposições tivessem sido inseridas no próprio texto da Constituição, e assinam um exemplar que será depositado nos arquivos da Secretaria-Geral da União. A Secretaria-Geral entregará uma cópia a cada uma das partes.

Assinado na cidade do Panamá, em 12 de Setembro de 2000.

## REGULAMENTO GERAL DA UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS, ESPANHA E PORTUGAL

### Preâmbulo

Os que subscrevem, representantes plenipotenciários dos governos dos países membros da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, adoptam de comum acordo o presente Regulamento Geral, em virtude do disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Constituição, a fim de assegurar a sua aplicação e o funcionamento da União.

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 101.º

##### Adesão ou admissão na União. Procedimento

1 — A comunicação de adesão ou o pedido de admissão deverá ser dirigido, pelo Governo do país interessado, à Secretaria-Geral, que o comunicará aos países membros da União.

2 — Para ser admitido como membro, é necessário que o pedido seja aprovado, no mínimo, por dois terços dos países membros.

3 — Considerar-se-á que os países membros aprovam o pedido sempre que não derem uma resposta no prazo de quatro meses a contar da data em que foram notificados.

4 — A adesão ou admissão de um país na qualidade de membro será notificada pela Secretaria-Geral aos governos de todos os países membros da União.

5 — Ao país requerente comunicar-se-á o resultado e, no caso de ser admitido, a data a partir da qual passará a ser considerado membro, bem como outros dados relativos à sua aceitação.

#### Artigo 102.º

##### Adesão aos actos e resoluções da União. Procedimento

1 — Os países membros que não subscreveram os actos e as outras disposições obrigatórias adoptadas pelo congresso deverão aderir aos mesmos com a maior brevidade possível.

2 — Os instrumentos de adesão relativos aos casos previstos no artigo 22.º da Constituição e no n.º 1 do presente artigo deverão ser remetidos à Secretaria-Geral, que notificará os países membros do referido depósito.

#### Artigo 103.º

##### Saída da União — Procedimento

1 — Qualquer país membro terá o direito de se retirar da União, mediante denúncia da Constituição, a qual deverá ser comunicada à Secretaria-Geral, que, por sua vez, a comunicará aos restantes governos dos países membros.

2 — A saída de um país da União tornar-se-á efectiva findo o prazo de um ano a contar do dia de recepção pela Secretaria-Geral da denúncia prevista no n.º 1 do presente artigo.

3 — Qualquer país membro que se retirar da União deverá cumprir todas as obrigações previstas nos actos da União até ao dia em que a sua saída se tornar efectiva.

## CAPÍTULO II

### Organização e funcionamento dos órgãos da União

#### Artigo 104.º

##### Organização e funcionamento dos congressos

1 — Os representantes dos países membros reunir-se-ão em congresso de cinco em cinco anos, aproximadamente.

2 — Cada congresso designará o país no qual deverá ter lugar o congresso seguinte, com base na candidatura apresentada. Caso existam várias candidaturas, a decisão será tomada mediante escrutínio secreto.

3 — Caso não seja possível a realização de um congresso no país eleito, a Secretaria-Geral, tendo em conta a urgência do caso, tomará as medidas necessárias para encontrar um país que esteja disposto a servir de sede para o congresso. O resultado destas medidas deverá ser submetido à apreciação do conselho consultivo e executivo, para que seja tomada uma decisão.

4 — Se, até à data de encerramento de um congresso, não tiver sido apresentada nenhuma candidatura para sede do próximo congresso, a Secretaria-Geral aplicará o procedimento previsto no n.º 3 do presente artigo.

5 — Quando um congresso deva ter lugar sem que tenha havido convite por parte de um governo, a Secretaria-Geral, de acordo com o conselho consultivo e executivo e com o Governo da República Oriental do Uruguai, tomará as disposições necessárias para convocar e organizar o congresso no país sede da União. Neste caso, a Secretaria-Geral exercerá as funções de governo anfitrião.

6 — Após ter consultado a Secretaria-Geral, o Governo do país sede do congresso fixará a data definitiva, bem como o lugar onde deverá reunir-se o congresso. Em princípio, um ano antes da referida data, o governo do país sede do congresso deverá enviar um convite ao governo de cada país membro, quer seja directamente quer através da Secretaria-Geral.

7 — A presidência do congresso é atribuída ao país anfitrião. No caso previsto no n.º 5 do presente artigo, caberá ao conselho consultivo e executivo designar o país que deverá presidir o congresso.

8 — A administração postal do país sede do congresso, após ter consultado a Secretaria-Geral, deverá propor a designação do decano do mesmo, o qual deverá ser um funcionário dos correios em actividade ou reformado, com a maior taxa de participação nos congressos da União. O conselho consultivo e executivo procederá à adopção desta designação no momento oportuno. Aquando da abertura da 1.ª sessão plenária, o decano assumirá a presidência do congresso até à nomeação do presidente. O decano propõe ao congresso o nome do presidente e dos vice-presidentes, bem como os das comissões. Uma das vice-presidências do congresso deverá ser atribuída ao país que assumiu a presidência do congresso anterior.

9 — Na 1.ª sessão, o decano deverá propor a constituição da mesa, que deverá ser composta pelo presidente do congresso, por dois vice-presidentes e pelo secretário-geral da União.

10 — Os objectivos do congresso são os seguintes:

- a) Rever e, se for caso disso, completar os actos, as resoluções e as recomendações da União;
- b) Definir as prioridades de acção da União para o período seguinte; e
- c) Tratar dos assuntos submetidos à sua consideração, relacionados com os objectivos da União.

11 — Cada país membro far-se-á representar por um ou mais delegados ou pela delegação de outro país. A delegação de um país não poderá representar mais de um país para além do seu.

12 — Qualquer país membro terá o direito de formular reservas aos actos da União e às resoluções, relativas à exploração postal, adoptadas pelo congresso no momento da sua assinatura.

13 — O governo do país sede do congresso deverá notificar os governos dos países membros dos actos e resoluções adoptados pelo congresso.

#### Artigo 105.º

##### Delegações

1 — Entende-se por «delegação» a pessoa ou conjunto de pessoas designadas como representantes por um país membro para efeitos de participação no congresso. Deverá ser composta por um chefe de delegação, um chefe-adjunto, se for caso disso, um ou mais delegados e, eventualmente, um ou mais funcionários designados.

2 — Os elementos das delegações devem ser, na medida do possível, funcionários qualificados das administrações postais dos países membros.

3 — Sempre que um país não possa participar num congresso, o mesmo poderá fazer-se representar pela delegação de outro país. Se, estando presente no congresso, não puder assistir a uma sessão, o país também poderá fazer-se representar por outra delegação. Em ambos os casos, deverá ser comunicada ao presidente do congresso a decisão adoptada, tendo em conta que cada país membro só poderá representar um país para além do seu.

#### Artigo 106.º

##### Poderes dos delegados

1 — Os delegados deverão ser acreditados através de procuração assinada pelo chefe de Estado, pelo chefe de governo ou, ainda, pelo ministro dos negócios estrangeiros do país interessado.

2 — As procurações deverão ser devidamente redigidas. Considerar-se-á um delegado como representante plenipotenciário desde que a sua procuração cumpra um dos seguintes requisitos:

- a) Deve conferir plenos poderes;
- b) Deve autorizar que represente o seu governo, sem quaisquer limitações;
- c) Deve conferir os poderes necessários para assinar as actas.

Qualquer dos três casos supramencionados inclui implicitamente o poder de participar nas deliberações e votações.

As procurações que não se enquadrem nos requisitos indicados nas alíneas a), b) e c) deste número conferem exclusivamente o direito de participar nas deliberações e votações.

3 — As procurações deverão ser depositadas aquando da inauguração do congresso, junto da autoridade designada para o efeito.

4 — Os delegados que não tenham apresentado a sua procuração poderão participar nas deliberações e votações, sempre que tiverem sido anunciados pelos seus governos ao governo do país sede do congresso. O mesmo procedimento deverá ser observado para os delegados cuja procuração tenha alguma insuficiência ou irregularidade. Os delegados não poderão votar caso tenha sido constatada pelo relatório da comissão de verificação de procurações, aprovado pelo congresso, a inexistência de procuração ou a insuficiência da mesma para votar, até que a situação seja regularizada.

5 — Só serão admitidas as procurações e mandatos originais devidamente outorgados. No entanto, serão aceites as comunicações enviadas por telegrama ou por qualquer outro meio de telecomunicação escrito, que respondem a pedidos de informação sobre questões de delegação de poderes.

#### Artigo 107.º

##### Observadores

1 — Poderão participar nas deliberações do congresso, como observadores, mas sem direito de voto:

- a) Os representantes de administrações postais de países não membros da União, que tenham sido especialmente convidados por decisão do conselho consultivo e executivo;

- b) Os representantes da União Postal Universal (UPU);
- c) Os representantes das uniões postais restritas que ofereçam reciprocidade.

2 — Também serão admitidos como observadores os representantes de qualquer organismo qualificado que o conselho consultivo e executivo considere necessário para o desenvolvimento dos trabalhos do congresso.

#### Artigo 108.º

##### Competências do presidente do congresso e dos vice-presidentes

1 — O presidente abre a sessão, dirige os debates, concede a palavra de acordo com a ordem das solicitações dos intervenientes, submete a votação os assuntos para os quais não foi obtida unanimidade nos pareceres e decide sobre as questões de procedimento que possam surgir no decorrer das deliberações e sobre o encerramento do congresso.

2 — O presidente deverá assinar os actos, as resoluções e as recomendações que o congresso adoptar, juntamente com o secretário-geral.

3 — Em caso de impedimento, o presidente será substituído pelo vice-presidente pertencente ao país que assumiu a presidência do congresso anterior.

#### Artigo 109.º

##### Apresentação e análise das propostas

1 — As propostas apresentadas dentro do prazo assinalado no n.º 1 do artigo 125.º do presente Regulamento servirão de base para as deliberações do congresso. Quando apresentadas fora deste prazo, as propostas deverão beneficiar do apoio de, no mínimo, mais duas administrações e ser apresentadas, pelo menos, quarenta e oito horas antes da abertura do congresso.

2 — Em princípio, cada proposta deverá ter um só objectivo e conter apenas as alterações que o referido objectivo justifica.

3 — No entanto, poderão ser admitidas alterações em qualquer momento, quer por escrito quer verbalmente, no decorrer da discussão do tema em causa.

4 — O congresso designará, na sessão plenária, a comissão que deverá examinar cada uma das propostas. Para o efeito, a Secretaria-Geral elaborará um documento de base com indicação das propostas que, a seu ver, cada comissão deverá estudar ou, se for caso disso, o próprio congresso.

5 — Se uma questão for alvo de várias propostas, o presidente decidirá qual a ordem de discussão a adoptar, começando em princípio pela proposta que mais se afasta do texto de base, ou que implique uma alteração mais radical.

6 — Caso uma proposta possa subdividir-se em várias partes, cada uma delas poderá, mediante acordo do autor da proposta ou do congresso, ser examinada e votada individualmente.

7 — Se uma alteração for aceite pela delegação que apresentou a proposta de origem, a mesma será imediatamente incorporada no texto da proposta. Se a alteração não for aceite, aplicar-se-á, para a ordem da discussão, o critério estabelecido no n.º 5 do presente artigo.

8 — O procedimento descrito no n.º 7 também será aplicado caso surjam várias alterações para uma mesma proposta.

9 — Qualquer proposta retirada da sessão plenária ou de uma comissão pode ser retomada por outra delegação. Do mesmo modo, qualquer proposta rejeitada ou adoptada no âmbito de uma comissão pode ser retomada na sessão plenária. Além disso, caso a alteração de uma proposta seja aprovada e aceite pelo país autor da proposta de origem, outro país membro poderá retomar a proposta original não alterada.

#### Artigo 110.º

##### Deliberações

1 — Os participantes deverão cingir-se ao tema em discussão, limitando a cinco minutos, no máximo, a sua intervenção, salvo decisão em contrário, tomada pela maioria simples dos membros presentes e com direito a voto. No caso de ser excedido o período de tempo previsto para o uso da palavra, o presidente está autorizado a interromper o orador.

2 — Após ter consultado o congresso e ter obtido a aprovação da maioria simples dos membros presentes e com direito a voto, o presidente poderá:

- a) Limitar o número de intervenções de uma delegação sobre uma proposta ou grupo de propostas;
- b) Limitar o número de intervenções de diferentes delegações sobre uma mesma proposta ou grupo de propostas a cinco intervenções a favor e cinco contra relativamente ao tema em discussão;
- c) Declarar encerrada a lista de oradores, após ter lido a mesma em voz alta, respeitando o direito da delegação que apresentou a proposta de responder às intervenções de outras delegações.

#### Artigo 111.º

##### Moções de ordem e moções de procedimento

1 — Durante a discussão de uma questão ou, consoante o caso, após o encerramento do debate, uma delegação poderá apresentar uma moção de ordem para solicitar:

- Esclarecimentos sobre o desenvolvimento dos debates;
- O respeito pela Constituição ou pelo Regulamento Geral;
- A alteração da ordem de discussão das propostas sugerida pelo presidente.

A moção de ordem terá prioridade sobre todas as questões, inclusive sobre as moções de procedimento mencionadas no n.º 3 do presente artigo.

2 — O presidente fornecerá imediatamente as precisões solicitadas ou tomará a decisão que considerar conveniente no que se refere à moção de ordem. Em caso de objecção, a decisão do presidente deverá ser submetida a votação.

3 — Além disso, no decorrer da discussão de um assunto, uma delegação poderá apresentar uma moção de procedimento que tenha como objectivo propor:

- a) A suspensão da sessão;
- b) A redacção da acta da sessão;
- c) O encerramento da lista de oradores;
- d) A limitação do tempo de debate sobre a questão em discussão;

- e) O encerramento do debate sobre a questão em discussão.

As moções de procedimento terão prioridade, na ordem acima indicada, sobre todas as outras propostas, à excepção das moções de ordem referidas no n.º 1 do presente artigo.

4 — As moções de procedimento que se referem à suspensão ou à redacção da acta da sessão não serão discutidas mas sim submetidas imediatamente a votação.

5 — Quando uma delegação proponha o encerramento da lista de oradores, o adiamento ou o encerramento do debate sobre uma determinada questão, só será dada a palavra a dois oradores que se oponham à moção de procedimento em questão, sendo a moção a seguir submetida a votação.

6 — A delegação que apresentar uma moção de ordem ou de procedimento não poderá tratar, no decorrer da sua intervenção, do fundo da questão em discussão. O autor de uma moção de procedimento poderá retirá-la antes de a mesma ser submetida a votação. Qualquer moção deste tipo, alterada ou não, que tenha sido retirada, poderá ser retomada por outra delegação.

#### Artigo 112.º

##### Votações

1 — As questões sobre as quais não houve consentimento geral deverão ser submetidas a votação. A validade da votação está subordinada à presença ou representação de dois terços dos países membros.

2 — A votação, por regra, efectuar-se-á através do levantamento da placa que indica o nome do país. No entanto, a pedido de uma delegação ou por decisão do presidente, poderá votar-se nominalmente, seguindo a ordem alfabética dos países, após sorteio da delegação que começará a votar.

3 — A pedido de uma delegação que conte com o apoio de outra, poderá ser efectuada uma votação secreta. Neste caso, a presidência adoptará as medidas necessárias para garantir o segredo do voto. O pedido de votação secreta, apresentado em conformidade com o disposto no presente número, prevalecerá sobre o pedido de votação nominal.

4 — Cada país membro terá direito a um só voto. Além disso, poderá votar por representação ou por delegação, por outro país membro.

#### Artigo 113.º

##### Acta das sessões

1 — As actas de cada sessão serão redigidas na língua espanhola. Estas reproduzirão de forma sucinta o desenvolvimento geral das sessões, as propostas formuladas, as deliberações tomadas e os resultados obtidos.

2 — Cada delegado terá o direito de solicitar a inserção integral na acta de qualquer declaração que tiver formulado, desde que entregue o seu texto à Secretaria-Geral no prazo de vinte e quatro horas a seguir à sessão em causa.

3 — As actas das sessões deverão ser distribuídas aos delegados após terem sido reproduzidas. Os mesmos disporão de um prazo de vinte e quatro horas para formular as suas observações por escrito junto da Secretaria-Geral. Por regra, as actas deverão ser aprovadas pelo congresso quarenta e oito horas a seguir à sua

distribuição. As actas das últimas sessões plenárias que não foram entregues aos delegados com pelo menos quarenta e oito horas de antecedência em relação ao encerramento do congresso serão aprovadas pelo presidente do congresso. Neste último caso, a Secretaria-Geral tomará em consideração as observações que receber no prazo de 40 dias a contar da data de distribuição das actas às delegações ou do seu envio aos países membros.

#### Artigo 114.º

##### Organização e funcionamento dos congressos extraordinários

1 — Os países membros reunir-se-ão em congresso extraordinário sempre que a importância e a urgência dos assuntos a tratar não permitam esperar pela celebração de um congresso ordinário.

2 — Os países membros que o promoverem deverão indicar qual deles está disposto a ser a sede do congresso extraordinário, para que a Secretaria-Geral possa consultar os outros países membros.

3 — O governo do país designado como sede do congresso extraordinário deverá enviar um convite ao governo de cada país membro, pelo menos seis meses antes da data prevista para a celebração do congresso extraordinário, quer directamente quer através da Secretaria-Geral.

4 — Por analogia, deve ser aplicado o disposto nos n.ºs 11 e 13 do artigo 104.º do presente Regulamento.

5 — Todos os países terão o direito de formular reservas aos actos da União e às resoluções relativas à exploração postal, adoptadas num congresso extraordinário.

#### Artigo 115.º

##### Organização e funcionamento da conferência

1 — O presidente do conselho consultivo e executivo convocará, através da Secretaria-Geral, os representantes dos países membros, para que se reúnam em conferência na cidade designada para ser a sede do congresso da UPU. Nela deverão ser examinadas as propostas e os assuntos de maior interesse para a União, a fim de determinar os procedimentos de acção conjunta a seguir. A conferência reunir-se-á durante o congresso postal universal, sempre que for considerado necessário. Sempre que houver assuntos importantes a tratar, o conselho consultivo e executivo poderá convocar a reunião da conferência para uma data anterior ao início do congresso da UPU, após obtenção do consentimento da maioria dos países membros.

2 — O presidente da conferência, que será o presidente do conselho consultivo e executivo, deverá informar o congresso sobre os resultados dos trabalhos realizados durante a celebração do congresso da UPU e apresentar propostas destinadas a definir o procedimento mais adequado a observar para o próximo congresso.

3 — A conferência designará o país que deve substituir o seu presidente, caso o mesmo esteja ausente da reunião ou esteja impossibilitado de assistir a alguma sessão.

4 — As disposições previstas no presente Regulamento para o desenrolar das sessões do congresso serão aplicáveis à conferência.

## Artigo 116.º

## Conselho consultivo e executivo

1 — O conselho consultivo e executivo será composto por todos os países membros da União. O país sede do congresso exercerá a presidência do órgão.

2 — A reunião constitutiva de cada conselho será convocada durante o congresso pelo presidente do mesmo. Nela deverão ser eleitos um 1.º e 2.º vice-presidentes. Se o país ao qual cabe assumir a presidência renunciar a ela, o 1.º vice-presidente passará a desempenhar as funções de presidente. Neste caso, o 2.º vice-presidente passará a 1.º vice-presidente, sendo eleito um novo 2.º vice-presidente de entre os restantes membros.

3 — Na sua reunião constitutiva o conselho deverá eleger quatro países membros para formar o comité de gestão.

4 — Cada administração postal deverá designar o seu representante perante o conselho consultivo e executivo.

5 — Convocado pelo seu presidente, através da Secretaria-Geral, o conselho celebrará uma sessão anual na sede da União. Em casos excepcionais e sem que isto implique custos mais avultados, o conselho poderá celebrar a sua reunião anual noutra cidade de um dos países membros. Em todas as suas sessões o secretário-geral participará nos debates sem direito a voto. O conselho determinará o regulamento interno que regerá o seu funcionamento.

6 — Em caso de necessidade, o presidente, mediante proposta de qualquer membro e com o consentimento dos dois terços dos membros do conselho, convocará uma reunião extraordinária no prazo máximo de dois meses.

7 — Os membros do conselho não serão remunerados. As despesas de funcionamento correrão por conta da União. À excepção das reuniões celebradas no decorrer do congresso, os países membros da última categoria de contribuição que não tenham a possibilidade de utilizar os seus fundos de cooperação técnica terão o direito de auferir o reembolso do preço de uma passagem aérea de ida e volta em classe económica ou do preço da viagem por qualquer outro meio de transporte desde que este valor não seja superior ao preço da passagem aérea de ida e volta em classe económica. Esta disposição é aplicável desde que a delegação seja unipessoal.

8 — Serão convidados a participar como observadores:

- a) Os representantes da UPU;
- b) Qualquer organismo aprovado, sempre que esteja relacionado com o assunto em análise;
- c) As administrações de países que tenham interesse nos assuntos a serem tratados e que se desejem associar aos trabalhos do conselho consultivo e executivo.

9 — A Secretaria-Geral deverá enviar convites aos observadores supramencionados.

10 — O conselho consultivo e executivo coordenará e controlará as actividades da União desempenhando as seguintes funções:

- a) Manter o contacto com as administrações postais dos países membros, com os órgãos da UPU, com as uniões postais restritas e com qualquer outro organismo nacional ou internacional;
- b) Tomar iniciativas e exercer actividades destinadas a defender os interesses comuns das admi-

nistrações postais dos países membros da União, no que se refere aos serviços postais;

- c) Agir como entidade de fiscalização das actividades da Secretaria-Geral;
- d) Examinar e, se for caso disso, aprovar o relatório anual elaborado pela Secretaria-Geral sobre as actividades da União;
- e) Autorizar o orçamento anual da União dentro dos limites fixados pelo congresso. Estes limites só poderão ser ultrapassados mediante iniciativa do conselho e aprovação da maioria dos países membros;
- f) Examinar e, se for caso disso, aprovar a prestação de contas do orçamento do ano transacto;
- g) O conselho consultivo e executivo determinará, na sua primeira reunião posterior ao congresso ordinário, o regime salarial do pessoal da Secretaria-Geral;
- h) Aprovar e alterar, se for caso disso, o estatuto do pessoal da Secretaria-Geral da UPAEP;
- i) Examinar e, se for caso disso, aprovar o plano anual de participação da Secretaria-Geral nas reuniões postais internacionais, assim como o número de funcionários que deverá assistir a cada uma delas, excepto no que se refere às viagens de emergência que sejam do interesse da União. Mediante o mesmo procedimento, o conselho aprovará as outras viagens que deverão ser efectuadas em representação da União;
- j) Examinar e autorizar, caso seja necessário, os pedidos de transferência entre programas e entre grupos de despesas de um mesmo programa do orçamento autorizado para o ano em curso, apresentados pelo secretário-geral;
- k) Realizar, através de mandato ou por iniciativa própria, estudos sobre os problemas administrativos, legislativos, jurídicos, técnicos, de exploração e económicos que tenham interesse ou que possam afectar as administrações postais dos países membros ou a União;
- l) Favorecer o estabelecimento das escolas postais nos países membros e, a pedido das administrações, promover, através da Secretaria-Geral, acções de especialistas e consultores para a sua organização, o seu desenvolvimento e funcionamento, de acordo com programas de cooperação técnica;
- ll) Designar o país sede do congresso seguinte, nos casos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 104.º, após ter sido organizada uma votação no caso de haver mais de um candidato;
- m) Adoptar as disposições necessárias para designar o país que deve assumir a presidência do congresso, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 104.º;
- n) Apresentar ao congresso propostas de alteração dos actos e dos projectos de resolução e recomendação que decorrem de estudos realizados por mandato ou por iniciativa própria;
- ñ) Decidir quais as administrações de países não membros e os organismos aprovados que devem ser convidados a participar como observadores no congresso, em conformidade com as disposições do artigo 107.º do presente Regulamento;
- o) Informar as administrações postais dos países membros sobre o resultado dos estudos iniciados por si, sempre que não estiver em causa

a intervenção do congresso. O congresso deverá, no entanto, ser notificado sobre a existência do mesmo, nos termos do n.º 10;

- p) Estabelecer normas no que se refere aos documentos que a Secretaria-Geral deverá publicar e distribuir gratuitamente ou a preço de custo;
- q) Redigir, para apresentar ao congresso, o projecto do programa de trabalho do conselho seguinte, com base nas sugestões formuladas pelas administrações postais da União;
- r) A organização e o desenvolvimento dos cursos de que disponha, eventualmente, a União deverão ser controlados pelo conselho consultivo e executivo através da Secretaria-Geral;
- s) Promover a cooperação internacional a fim de facilitar, por todos os meios, a cooperação técnica e económica das administrações postais dos países em desenvolvimento;
- t) Interceder junto das instâncias superiores em caso de reclamações apresentadas pelo pessoal da Secretaria-Geral contra as decisões adoptadas por esta, que deverão ser resolvidas em 1.ª instância pela autoridade de alta inspecção;
- u) Proceder à eleição dos candidatos para o cargo ou cargos a preencher, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 119.º;
- v) Outras atribuições necessárias para o cumprimento do objecto do conselho.

11 — O conselho consultivo e executivo deverá apresentar, pelo menos dois meses antes da celebração do congresso seguinte, um relatório sobre o conjunto das actividades realizadas no período que medeia um e outro congressos.

#### Artigo 117.º

##### Métodos de trabalho do conselho consultivo e executivo

1 — O conselho consultivo e executivo desenvolverá os seus trabalhos com base nas políticas institucionais e nos objectivos globais definidos pelo congresso. Poderá dar prioridade a estes objectivos, alterar os mesmos e estabelecer novos objectivos que se tornam necessários tendo em conta as alterações que se forem produzindo na actividade postal.

2 — O conselho consultivo e executivo determinará os instrumentos e os meios com os quais exercerá as suas próprias actividades.

3 — O conselho consultivo e executivo deverá designar um comité de gestão, cuja finalidade será:

- Avaliar os planos estratégicos e as prioridades estabelecidas;
- Analisar o alcance da nova estrutura e os resultados dos objectivos de eficiência e eficácia;
- Assegurar o acompanhamento da execução do orçamento;
- Apresentar ao conselho um relatório consolidado sobre a sua agenda.

O comité será composto por sete membros: o presidente do conselho consultivo e executivo, os dois vice-presidentes e quatro países membros da União, que serão eleitos pelo conselho na sua reunião constitutiva. O secretário-geral participará nas reuniões do comité sem direito a voto. As despesas de participação dos membros do comité não correrão por conta da UPAEP.

## CAPÍTULO III

### Secretaria-Geral da União

#### Artigo 118.º

##### Competências

1 — No âmbito das suas funções gerais, cabe à Secretaria-Geral:

- a) Reunir e distribuir os documentos e as informações que interessam ao serviço postal da União;
- b) Assumir as funções de intermediário nos processos de adesão, admissão e saída da União;
- c) Realizar inquéritos ou estudos a pedido do congresso ou do conselho consultivo e executivo;
- d) Assegurar o secretariado do conselho consultivo e executivo, bem como do seu comité de gestão;
- e) Fornecer as informações que lhe sejam solicitadas pelas administrações postais, pela Secretaria Internacional da UPU, pelas uniões restritas ou pelos organismos internacionais que exerçam actividades do interesse dos serviços dos correios;
- f) Intervir e colaborar nos planos de cooperação técnica multilateral e representar a União perante organismos internacionais ou administrações postais que possam facilitar a cooperação para a melhoria dos serviços de correios nos países membros;
- g) Emitir pareceres sobre a interpretação das normas da Constituição e do Regulamento Geral, bem como das resoluções e recomendações adoptadas, sempre que uma administração o solicitar;
- h) Emitir o seu parecer em questões litigiosas a pedido das partes interessadas;
- i) Manter em dia a informação sobre o grau de cumprimento das recomendações adoptadas pelo congresso e comunicar aos países membros as alterações verificadas no mesmo;
- j) Manter organizadas a secção filatélica e a biblioteca da Secretaria-Geral;
- k) Elaborar anualmente as contas relativas às despesas da União;
- l) Redigir e distribuir, oportunamente, um relatório anual sobre os trabalhos realizados, o qual deverá ser aprovado pelo conselho consultivo e executivo;
- ll) Determinar o valor das quotas de contribuição a serem pagas anualmente por cada país membro;
- m) Pôr em prática os programas de cooperação técnica e de assistência para o desenvolvimento do ensino postal a nível regional na União e realizar tarefas de supervisão e controlo dos cursos postais da União, de acordo com as directrizes definidas pelo congresso e pelo conselho consultivo e executivo;
- n) Levar a cabo os projectos que o conselho consultivo e executivo lhe atribuir.

2 — No âmbito dos congressos, da conferência e das restantes reuniões da União, cabe à Secretaria-Geral:

- a) Intervir na organização e realização dos congressos, da conferência e das restantes reuniões decididas pela União;

- b) Realizar as consultas pertinentes a cada um dos países membros para a fixação de uma nova sede, nos casos previstos no n.º 3 do artigo 104.º e no n.º 2 do artigo 114.º Dar a conhecer ao conselho consultivo e executivo o resultado da operação e solicitar uma decisão a favor de um dos países candidatos a serem anfitriões. Comunicar de seguida a cada governo o nome do país que o conselho consultivo e executivo designou para ser a sede do congresso;
- c) Distribuir, oportunamente, as propostas remetidas pelas administrações postais para que sejam submetidas à apreciação dos congressos, da conferência e das restantes reuniões da União;
- d) Assegurar as funções de secretariado da conferência;
- e) Elaborar um resumo das deliberações adoptadas nas reuniões da conferência;
- f) Preparar a ordem do dia das reuniões do conselho consultivo e executivo, bem como o relatório sobre os estudos e propostas a ser apresentado ao congresso;
- g) Publicar os documentos dos congressos, da conferência e das restantes reuniões da União.

### 3 — No âmbito dos congressos da UPU:

- a) Assegurar a gestão, no país sede do congresso, das salas de reunião e dos eventuais gabinetes para a conferência e para os serviços administrativos;
- b) Distribuir aos países membros a convocatória para a reunião da conferência, de acordo com as instruções do presidente do conselho consultivo e executivo;
- c) Colaborar com as administrações postais dos países membros em questões relativas ao desenvolvimento do congresso postal universal.

## Artigo 119.º

### Secretário-geral e conselheiro da União

1 — A Secretaria-Geral da União será dirigida por um secretário-geral, assistido por um conselheiro. Ambos serão eleitos, por votação secreta pelo congresso, de entre os candidatos apresentados para o efeito. O secretário-geral e o conselheiro serão eleitos por um mandato e poderão ser reconduzidos no cargo. Entende-se por mandato o intervalo que medeia dois congressos ordinários consecutivos.

2 — Para se ser candidato ao cargo de secretário-geral ou de conselheiro é necessário preencher os seguintes requisitos:

- a) Possuir uma vasta experiência em termos de organização e execução dos serviços postais, adquirida na administração postal de um país membro, e possuir a nacionalidade do país que apresenta a sua candidatura; ou
- b) Ocupar o cargo de secretário-geral ou de conselheiro da União.

3 — Para a designação do secretário-geral e do conselheiro, deverão ser cumpridas as seguintes formalidades:

- a) Os candidatos deverão ser apresentados pelos governos dos países membros, excepto nos casos

em que se trata dos funcionários que já ocupam estes cargos, os quais poderão apresentar a sua candidatura directamente. Ambos os cargos não poderão ser ocupados por nacionais de um mesmo país membro;

- b) Três meses antes da data de início do congresso, os governos dos países membros deverão apresentar formalmente os seus candidatos ao governo do país sede da União, enviando os *curricula vitae* correspondentes;
- c) Se o secretário-geral ou o conselheiro desejarem apresentar a sua própria candidatura, os mesmos também deverão enviá-la devidamente acompanhada dos seus *curricula vitae*, dentro do mesmo prazo, ao governo do país sede da União;
- d) O mais tardar um mês antes da data de início do congresso, o país sede da União comunicará aos governos dos restantes países membros a nomeação dos candidatos apresentados, bem como os *curricula vitae* dos mesmos. A mesma informação deverá ser enviada à Secretaria-Geral;
- e) A eleição deverá ser feita por votação secreta e por maioria simples dos membros presentes com direito a voto.

4 — Em caso de lugar vago, o cargo de secretário-geral será interinamente ocupado pelo conselheiro, com suspensão das suas responsabilidades.

5 — Caso o cargo de conselheiro fique vago, o secretário-geral cumprirá as tarefas atribuídas ao referido funcionário.

6 — Caso ambos os cargos fiquem vagos, a autoridade de alta inspecção assumirá interinamente a direcção e administração da Secretaria-Geral.

7 — Assim que se verificar qualquer das eventualidades previstas nos n.ºs 4 a 6 do presente artigo, a Secretaria-Geral convidará os países membros da União a apresentarem candidaturas ao posto ou postos a serem providos. Excepto no caso previsto no n.º 1, o conselho consultivo e executivo procederá à eleição dos candidatos propostos para os cargos aquando da primeira reunião celebrada pelo órgão após a data em que se verificaram os lugares vagos. O mandato dos funcionários eleitos estender-se-á pelo período que resta até à celebração do congresso seguinte. O referido período não será levado em conta para efeitos da reeleição prevista no n.º 1 do presente artigo.

8 — O procedimento estabelecido no número anterior não será aplicável caso os lugares vagos se verificarem depois da última reunião ordinária do conselho consultivo e executivo, durante o período que medeia dois congressos.

9 — Além das competências que lhe foram expressamente conferidas pela Constituição e pelo presente Regulamento Geral, o secretário-geral terá as seguintes atribuições:

- a) Nomear e destituir o pessoal da Secretaria-Geral, em conformidade com o disposto no regulamento aprovado para o efeito pelo conselho consultivo e executivo;
- b) Participar nas reuniões do congresso, do conselho consultivo e executivo, da conferência e do comité de gestão do conselho consultivo e executivo, podendo tomar parte nas deliberações mas sem direito a voto;



- c) Assistir, na qualidade de observador, aos congressos da UPU, assim como às reuniões dos conselhos da mesma. Nesta qualidade, deverá informar os países membros sobre os assuntos que interessam a União e que foram tratados nestas reuniões;
- d) Organizar a conferência, bem como as reuniões dos representantes dos países membros da União que assistem às sessões dos conselhos da UPU;
- e) Contrair empréstimos, subscrever documentos de débito e constituir garantias cujo valor não ultrapasse 16,6% do orçamento anual. Os documentos deverão ser subscritos solidariamente pelo secretário-geral e pelo conselheiro;
- f) Abrir contas bancárias;
- g) Transferir valores entre rubricas e sub-rubricas dentro do mesmo grupo de um mesmo programa, de acordo com as necessidades do serviço. Do mesmo modo, consultar e obter a aprovação do presidente do conselho consultivo e executivo para efectuar as transferências previstas na alínea i) do n.º 10 do artigo 116.º do Regulamento Geral, que sejam necessárias para pagar despesas importantes em situações de emergência, e, posteriormente, submeter estas transferências à aprovação do conselho consultivo e executivo em sessão plenária, nos termos do disposto no referido artigo, juntamente com qualquer outra despesa que produza alterações importantes nos programas ou grupo de despesas dentro de um mesmo programa.

10 — O conselheiro deverá assistir o secretário-geral e, na sua ausência, substituí-lo nas suas funções, com as mesmas competências, e ocupar-se-á fundamentalmente de:

- a) Gerir as tarefas administrativas;
- b) Elaborar os projectos orçamentais da União;
- c) Elaborar as contas anuais;
- d) Colaborar com o secretário-geral nas actividades de estudos e cooperação técnica.

11 — Cumprir as funções assinaladas no regulamento da Secretaria-Geral.

#### Artigo 120.º

##### Pessoal da Secretaria-Geral

1 — O pessoal que presta serviço na Secretaria-Geral divide-se em duas categorias:

- a) De serviços profissionais;
- b) De serviços gerais.

2 — O congresso, sob proposta do secretário-geral, fixará, através de resolução, os efectivos do pessoal da categoria profissional e os dos serviços gerais.

#### Artigo 121.º

##### Reformas e pensões do pessoal da Secretaria-Geral da União

1 — Os elementos do pessoal actuais e futuros, eleitos ou contratados, residentes ou não residentes, da Secretaria-Geral da UPAEP, a partir de 1 de Abril de 1992, não têm o direito de se reformar a cargo da União.

No entanto, os mesmos ou os seus herdeiros terão o direito de receber, quando cessarem as suas funções, uma compensação pelo facto de se retirarem constituída pela soma de todas as contribuições realizadas pelo funcionário e pela União acrescida das taxas de juro capitalizadas à taxa real que os referidos fundos produziram.

2 — As reformas do pessoal da Secretaria-Geral reconhecidas até 31 de Março de 1992 e as pensões apuradas por este motivo serão pagas até à sua extinção, através de um programa especial do orçamento anual da UPAEP. Caso os fundos do referido programa sejam insuficientes, as mesmas serão pagas através do fundo de execução orçamental.

#### Artigo 122.º

##### Colaboração com a Secretaria-Geral da União

As administrações dos países membros poderão enviar, pelo tempo que for necessário, funcionários técnicos para colaborar na realização de trabalhos especiais na Secretaria-Geral da União, sempre que esta o solicitar de forma justificada.

### CAPÍTULO IV

#### Autoridade de alta inspecção

#### Artigo 123.º

##### Deveres do governo do país sede

Para facilitar o funcionamento da Secretaria-Geral e dos outros órgãos da União, o Governo da República Oriental do Uruguai:

- a) Outorgará os privilégios e a imunidade previstos no artigo 8.º da Constituição da União;
- b) Adiantará os fundos necessários para o funcionamento da Secretaria-Geral;
- c) Tomará todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações da Secretaria-Geral.

#### Artigo 124.º

##### Competências da autoridade de alta inspecção

Cabe à administração postal da República Oriental do Uruguai, na sua qualidade de autoridade de alta inspecção da Secretaria-Geral:

- a) Formular as observações que considerar oportunas à Secretaria-Geral sobre qualquer aspecto do seu funcionamento;
- b) Comunicar aos países membros o incumprimento, pela Secretaria-Geral, das observações que lhe comunicou nos termos do disposto na alínea anterior;
- c) Controlar posteriormente todas as contratações, despesas, movimentos de fundos, pagamentos, assentos contabilísticos, etc., da Secretaria-Geral;
- d) Realizar as medidas necessárias para tornar efectivo o adiantamento de fundos para o funcionamento da Secretaria-Geral;
- e) Verificar o cumprimento do estabelecido no orçamento anual de despesas aprovado pelo conselho consultivo e executivo, em conformidade com o disposto no presente Regulamento Geral;

- f) Aprovar as contas anuais das despesas da Secretaria-Geral;
- g) Dirimir, em 1.ª instância, as reclamações do pessoal da Secretaria-Geral contra as decisões adoptadas por esta;
- h) Tomar qualquer outra medida necessária para o cumprimento das funções de alta inspecção.

## CAPÍTULO V

### Alteração dos actos, das resoluções e das recomendações da União

#### Artigo 125.º

##### Propostas para a alteração dos actos, das resoluções e das recomendações da União pelo congresso. Procedimento

1 — As propostas devem ser enviadas à Secretaria-Geral quatro meses antes do início do congresso.

2 — A Secretaria-Geral deverá publicar todas as propostas e distribuí-las a todas as administrações postais dos países membros pelo menos três meses antes da data indicada para o começo das sessões.

3 — As propostas apresentadas depois do prazo indicado no n.º 1 do presente artigo serão tomadas em consideração no caso de serem apoiadas por, pelo menos, duas administrações. São consideradas excepções as propostas meramente de redacção, que deverão ostentar no seu cabeçalho a letra R e que serão directamente transmitidas à comissão de redacção.

#### Artigo 126.º

##### Condições de aprovação das propostas relativas ao Regulamento Geral, às resoluções e às recomendações

1 — Para que tenham validade, as propostas submetidas ao congresso e relativas ao presente Regulamento Geral, às resoluções e às recomendações deverão ser aprovadas pela maioria dos países membros presentes com direito a voto. Pelo menos dois terços dos países membros da União deverão estar presentes ou representados aquando da votação.

2 — Ficam excluídas do disposto no número anterior as propostas que visam alterar o Regulamento Geral relativas ao funcionamento do congresso (artigos 104.º a 114.º, inclusive), que requerem a maioria dos dois terços dos países membros da União representados no congresso. Estas propostas, após aprovação, deverão entrar imediatamente em vigor.

## CAPÍTULO VI

### Finanças da União

#### Artigo 127.º

##### Orçamento da União

1 — Cada congresso deverá fixar, através de resolução, o montante máximo do orçamento para cada ano durante o período quinquenal que se segue ao mesmo, expresso em dólares americanos e tomando como base a apresentação por programas e actividades a serem exercidas pela Secretaria-Geral. Os orçamentos aprovados terão validade de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano.

2 — A Secretaria-Geral submeterá ao comité de gestão e ao conselho consultivo e executivo o orçamento

detalhado do ano seguinte, assim como as contas das despesas efectuadas durante o ano transacto, juntamente com os documentos comprovativos para que seja analisado e, consoante os casos, aprovado.

#### Artigo 128.º

##### Fundo de execução orçamental

1 — No final de cada exercício económico, o total anual das despesas que deve ser financiado pelo conjunto dos países membros da União será aumentado na proporção fixada por cada congresso. O seu valor será afectado ao fundo de execução orçamental.

2 — Este fundo será aplicado, pela Secretaria-Geral, para o cumprimento das obrigações orçamentais.

3 — Se ao findar um exercício económico, o fundo de execução orçamental for igual ou superior ao total das despesas previstas para o exercício seguinte, não será aplicado o aumento previsto no n.º 1 do presente artigo.

#### Artigo 129.º

##### Contribuição dos países membros

1 — Os países membros contribuirão, para cobrir as despesas da União, de acordo com a classe de contribuição a que pertencem. Estas classes são as seguintes:

- Classe de 12 unidades;
- Classe de 11 unidades;
- Classe de 10 unidades;
- Classe de 9 unidades;
- Classe de 8 unidades;
- Classe de 7 unidades;
- Classe de 6 unidades;
- Classe de 5 unidades;
- Classe de 4 unidades;
- Classe de 3 unidades;
- Classe de 2 unidades; e
- Classe de 1 unidade.

2 — Os países membros pertencerão às seguintes classes:

- a) De 12 unidades;
- b) De 11 unidades;
- c) De 10 unidades;
- d) De 9 unidades;
- e) De 8 unidades — Canadá, Espanha e Estados Unidos da América;
- f) De 7 unidades — Portugal e República Federativa do Brasil;
- g) De 6 unidades — Argentina e Uruguai;
- h) De 5 unidades;
- i) De 4 unidades — Colômbia, Chile e Estados Unidos Mexicanos;
- j) De 3 unidades;
- k) De 2 unidades — Antilhas Holandesas e Aruba, Panamá, Paraguai e República da Venezuela;
- l) De 1 unidade — Bolívia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Peru, República Dominicana, República das Honduras e República do Suriname.

3 — A classe de contribuição de um novo país que adere à União deverá estar relacionada com a importância dos seus correios. A classe de contribuição inicial não poderá ser inferior a 2 unidades.

4 — Os países membros poderão mudar de classe de contribuição, desde que esta mudança seja notificada à Secretaria-Geral antes da abertura do congresso. Esta notificação deverá ser comunicada ao congresso e a mudança de classe tornar-se-á efectiva na data da entrada em vigor das disposições financeiras aprovadas pelo congresso.

5 — Os países membros só poderão reduzir a sua contribuição uma classe de cada vez. Os países membros que não derem conhecimento da sua vontade de reduzir a sua classe de contribuição antes da abertura do congresso serão mantidos na classe a que pertencem.

6 — As mudanças para classe superiores não estão sujeitas a qualquer restrição.

#### Artigo 130.º

##### Fiscalização e adiantamentos

A administração postal do país sede da União deverá fiscalizar as despesas da Secretaria-Geral e o governo do referido país deverá proceder aos adiantamentos necessários.

#### Artigo 131.º

##### Elaboração das contas

A Secretaria-Geral deverá elaborar anualmente as contas de despesas da União, as quais deverão ser verificadas pela autoridade de alta inspecção.

#### Artigo 132.º

##### Pagamento das quotas de contribuição

1 — O orçamento aprovado pelo conselho consultivo e executivo, deverá ser comunicado imediatamente aos países membros, para que os mesmos paguem a respectiva quota prevista no orçamento. Este pagamento deverá ser efectuado antes de 30 de Junho do ano ao qual corresponde o orçamento. Se, findo o exercício, o montante total autorizado não tiver sido totalmente gasto, os excedentes serão creditados aos países respectivos e transitados para o orçamento seguinte.

2 — A seguir à data indicada no número anterior, as quantias em dívida, tanto no que se refere ao orçamento como ao fundo de execução orçamental, produzirão juros no valor de 5% por ano, a contar da data de vencimento do referido prazo.

### CAPÍTULO VII

#### Línguas admitidas na União

#### Artigo 133.º

##### Línguas

1 — Os documentos da União serão fornecidos às administrações na língua espanhola. No entanto, a correspondência de serviço emitida pelas administrações postais dos países membros cuja língua não seja a espanhola poderá ser redigida na sua própria língua. O conselho consultivo e executivo poderá autorizar, excepcionalmente, a tradução para as línguas francesa, inglesa e portuguesa de publicações que representem um interesse especial para a execução dos serviços.

2 — Para as deliberações dos congressos, da conferência e do conselho serão admitidas, além da língua espanhola, as línguas francesa, inglesa e portuguesa. Fica ao critério dos organizadores da reunião e da Secre-

taria-Geral a escolha do sistema de tradução a ser utilizado.

3 — As despesas decorrentes do serviço de interpretação correrão por conta dos países que solicitarem este serviço, salvo quando se tratar dos países pertencentes à última classe de contribuição.

### CAPÍTULO VIII

#### Disposições finais

#### Artigo 134.º

##### Vigência e duração do Regulamento Geral

O presente Regulamento Geral será posto em execução no dia 1 de Janeiro de 2001 e permanecerá em vigor até ao início da execução dos actos do próximo congresso.

E, por ser verdade, os representantes plenipotenciários dos governos dos países membros da União assinam o presente Regulamento Geral na cidade do Panamá, República do Panamá, em 12 de Setembro de 2000.

#### SEXTO PROTOCOLO ADICIONAL A LA CONSTITUCIÓN DE LA UNIÓN POSTAL DE LAS AMÉRICAS, ESPAÑA Y PORTUGAL

Los plenipotenciarios de los gobiernos de los países miembros de la Unión Postal de las Américas, España y Portugal, reunidos en la ciudad de Panamá, visto el artículo 24, párrafo 2, de la Constitución de la Unión, han adoptado, bajo reserva de ratificación, las siguientes modificaciones a dicha Constitución:

#### Artículo I

(artículo 1, modificado)

##### Integración, territorio y libertad de tránsito. Objetivos y estrategias de la Unión

1 — Los países cuyos gobiernos adopten la presente Constitución forman, bajo la denominación de Unión Postal de las Américas, España y Portugal, un solo territorio postal para el intercambio recíproco de envíos comprendidos en las prestaciones públicas obligatorias y en las prestaciones facultativas, en condiciones iguales o más favorables para los clientes que las establecidas por la Unión Postal Universal.

2 — En todo el territorio de la Unión estará garantizada la libertad de tránsito.

3 — La Unión tiene como objetivos y finalidades estratégicos esenciales:

- a) Coordinar la regulación y orientación de la actividad postal en general entre los países miembros, para asegurar la prestación del servicio universal en condiciones de igualdad de acceso, como forma de garantizar la calidad de la prestación y salvaguardar los derechos de los clientes;
- b) Promover acciones destinadas a asegurar la cooperación entre los países miembros de la Unión teniendo en cuenta el desarrollo armonioso y la calidad de las redes y servicios postales;
- c) Promover el desarrollo de los operadores postales y establecer vínculos de cooperación recíproca en cuanto a la modernización, mejoramiento de la calidad y establecimiento de sistemas comunes de control;

- d) Favorecer una acción comercial común en términos de mercado y la producción de productos postales con alto contenido de valor agregado y de calidad;
- e) Empezar acciones concretas destinadas al mejoramiento de la operación postal internacional y de la gestión de los operadores de los países miembros;
- f) Proceder a acciones de formación profesional y de mejoramiento de la calidad y de la capacidad técnica de los trabajadores del correo, así como de desarrollo de los sistemas de trabajo de los operadores de los países miembros;
- g) Favorecer la aplicación de nuevos sistemas de tecnología postal, de forma armoniosa e integrada;
- h) Facilitar la práctica de la actividad postal mediante una acción directa ante otras organizaciones de actividades conexas;
- i) Establecer y desarrollar acciones y posturas comunes ante las organizaciones internacionales, en particular la Unión Postal Universal y las respectivas uniones restringidas, así como ante otros organismos, en el sentido de la defensa de los intereses comunes de los países miembros;
- j) Promover y facilitar la cooperación para el financiamiento de proyectos integrales de desarrollo y modernización, de los operadores postales, emprendiendo y facilitando las relaciones entre éstos y los organismos de crédito internacionales y otras instituciones de financiación;
- k) Desarrollar acciones destinadas a garantizar la creación de infraestructuras postales comunes a los distintos países miembros;
- l) En general, mejorar, desarrollar y actualizar los servicios postales de los países miembros, mediante una estrecha cooperación y colaboración.

## Artículo II

(artículo 8, modificado)

### Privilegios e inmunidades

1 — La Unión gozará, en el territorio de cada uno de los países miembros, de los privilegios e inmunidades necesarios para la realización de sus propósitos.

2 — Los representantes de los países miembros y de las administraciones postales que formen parte de las delegaciones a las reuniones de los órganos de la Unión, o que cumplan misiones oficiales de la organización, gozarán igualmente de los privilegios e inmunidades necesarios para el cumplimiento de sus actividades.

3 — También gozará de estas prerrogativas el personal de la Secretaría General de la UPAEP cuando cumpla misiones oficiales.

## Artículo III

**Entrada en vigor y duración del Sexto Protocolo Adicional a la Constitución de la Unión Postal de las Américas, España y Portugal**

El presente Protocolo Adicional comenzará a regir el día primero de enero de dos mil uno y permanecerá en vigor por tiempo indeterminado.

En fe delo cual los plenipotenciarios de los gobiernos de los países miembros han redactado el presente Pro-

toloco Adicional, que tendrá la misma fuerza y el mismo valor que si sus disposiciones estuvieran insertas en el texto mismo de la Constitución y firman un ejemplar que quedará depositado en los archivos de la Secretaría General de la Unión. La Secretaría General entregará una copia a cada parte.

Firmado en la ciudad de Panamá, a los doce días del mes de septiembre de 2000.

## REGLAMENTO GENERAL DE LA UNIÓN POSTAL DE LAS AMÉRICAS, ESPAÑA Y PORTUGAL

### Preámbulo

Los que suscriben, representantes plenipotenciarios de los gobiernos de los países miembros de la Unión Postal de las Américas, España y Portugal, adoptan, de común acuerdo, el presente Reglamento General, en virtud de lo dispuesto en el artículo 17, párrafo 2 de la Constitución, con el fin de asegurar su aplicación y el funcionamiento de la Unión.

## CAPÍTULO I

### Disposiciones generales

#### Artículo 101

##### Adhesión o admisión en la Unión. Procedimiento

1 — La nota de adhesión o la solicitud de admisión deberá dirigirse, por el gobierno del país interesado, a la Secretaría General, que la comunicará a los demás países miembros de la Unión.

2 — Para ser admitido como miembro se requerirá que la solicitud sea aprobada, como mínimo, por los dos tercios de los países miembros.

3 — Se considerará que los países miembros aprueban la solicitud cuando no hubieren dado respuesta en el plazo de cuatro meses, a partir de la fecha en que se les haya comunicado.

4 — La adhesión o admisión de un país en calidad de miembro será notificada por la Secretaría General a los gobiernos de todos los países miembros de la Unión.

5 — Al país solicitante se le comunicará el resultado y, si fuere admitido, la fecha desde la cual se le considera miembro y demás datos relativos a su aceptación.

#### Artículo 102

##### Adhesión a las actas y resoluciones de la Unión. Procedimiento

1 — Los países miembros que no hayan suscrito las actas y demás disposiciones obligatorias adoptadas por el congreso, deberán adherir a ellas en el más breve plazo posible.

2 — Los instrumentos de adhesión relativos a los casos previstos en el artículo 22 de la Constitución y en el párrafo 1 del presente artículo se dirigirán a la Secretaría General, la cual notificará este depósito a los países miembros.

#### Artículo 103

##### Retiro de la Unión. Procedimiento

1 — Todo país miembro tendrá la facultad de retirarse de la Unión mediante denuncia de la Constitución, que

deberá comunicarse a la Secretaría General y, por ésta, a los demás gobiernos de los países miembros.

2 — El retiro de la Unión será efectivo a la terminación del plazo de un año a partir del día de recepción por la Secretaría General de la denuncia prevista en el párrafo 1.

3 — Todo país miembro que se retire deberá cumplir con todas las obligaciones que estipulan las actas de la Unión, hasta el día en que se haga efectivo su retiro.

## CAPÍTULO II

### Organización y funcionamiento de los órganos de la Unión

#### Artículo 104

##### Organización y funcionamiento de los congresos

1 — Los representantes de los países miembros se reunirán en congreso cada cinco años, aproximadamente.

2 — Cada congreso designará al país en el cual deberá reunirse el congreso siguiente, siempre que mediare invitación, a tal efecto, del país designado. Si fuesen varios los países invitantes, la decisión tendrá lugar mediante votación secreta.

3 — Si no fuere posible la realización de un congreso en el país elegido, la Secretaría General, con la urgencia del caso, realizará las gestiones necesarias para tratar de encontrar un país que esté dispuesto a ser sede del congreso. El resultado de estas gestiones será sometido al consejo consultivo y ejecutivo, para su decisión.

4 — Si al clausurar un congreso no hubiese ningún país invitante para sede del próximo, la Secretaría General aplicará el mismo procedimiento establecido en el párrafo 3.

5 — Cuando un congreso deba ser reunido sin que haya un gobierno invitante, la Secretaría General, de acuerdo con el consejo consultivo y ejecutivo y con el gobierno de la República Oriental del Uruguay, adoptará las disposiciones necesarias para convocar y organizar el congreso en el país sede de la Unión. En este caso, el Secretario General ejercerá las funciones de gobierno invitante.

6 — Previo acuerdo con la Secretaría General, el gobierno del país sede del congreso fijará la fecha definitiva, así como el lugar donde deba reunirse el congreso. En principio, un año antes de esta fecha el gobierno del país sede del congreso enviará invitación al gobierno de cada país miembro, ya sea directamente o por conducto de la Secretaría General.

7 — La presidencia del congreso se atribuye al país invitante. En el caso previsto en el párrafo 5 precedente, corresponderá al consejo consultivo y ejecutivo designar al país que deba desempeñar la presidencia.

8 — La administración postal del país sede del congreso, en consulta con la Secretaría General, sugerirá la designación del decano del mismo, que deberá ser un funcionario postal en actividad o jubilado de larga trayectoria en los congresos de la Unión. El consejo consultivo y ejecutivo procederá a adoptar esta designación en el momento adecuado. A la apertura de la primera sesión plenaria, el decano asumirá la presidencia del congreso hasta tanto sea nombrado el presidente. El decano propone al congreso el presidente y los vicepresidentes del mismo, así como los de las comisiones.

Una de las vicepresidencias del congreso se atribuirá al país que desempeñó la presidencia del congreso anterior.

9 — En la primera sesión, el decano propondrá la constitución de la mesa, que estará integrada por el presidente del congreso, los dos vicepresidentes y el secretario general de la Unión.

10 — Las finalidades del congreso son:

- a) Revisar y completar, si fuere el caso, las actas, resoluciones y recomendaciones de la Unión;
- b) Fijar las prioridades de acción de la Unión para el período siguiente; y
- c) Tratar cuantos asuntos se sometan a su consideración, relacionados con los fines de la Unión.

11 — Cada país miembro se hará representar por uno o varios delegados o por la delegación de otro país. La delegación de un país no podrá representar más que a otro país además del suyo.

12 — Todo país miembro tendrá derecho a formular reservas a las actas de la Unión y resoluciones, relativas a la explotación postal, que adopte el congreso en el momento de firmarlas.

13 — El gobierno del país sede del congreso notificará, a los gobiernos de los países miembros, las actas y las resoluciones que el congreso adopte.

#### Artículo 105

##### Delegaciones

1 — Por delegación se entiende la persona o conjunto de personas designadas como representantes por un país miembro para participar en el congreso. Estará compuesta por un jefe de delegación, un jefe adjunto, en su caso, de uno o varios delegados y, eventualmente, de uno o varios funcionarios agregados.

2 — Los componentes de las delegaciones han de ser, en lo posible, funcionarios calificados de las administraciones postales de los países miembros.

3 — Cuando un país no pueda participar en un congreso, podrá hacerse representar por la delegación de otro. Si, participando en el congreso, no pudiera asistir a una sesión, podrá igualmente hacerse representar por otra. En ambos casos, se comunicará al presidente la decisión adoptada, teniendo en cuenta que cada país miembro sólo podrá ostentar la representación de otro.

#### Artículo 106

##### Poderes de los delegados

1 — Los delegados deberán estar acreditados por poderes firmados por el jefe de Estado, por el jefe de gobierno o por el ministro de relaciones exteriores del país interesado.

2 — Los poderes deberán estar redactados en debida forma. Se considera a un delegado como representante plenipotenciario si sus poderes responden a uno de los criterios siguientes:

- a) Si confieren plenos poderes;
- b) Si autorizan a representar a su gobierno, sin restricciones;
- c) Si otorgan los poderes necesarios para firmar las actas.

Cualquiera de los tres casos incluye implícitamente el poder de tomar parte en las deliberaciones y votar.

Los poderes que no se ajusten a los criterios detallados en a), b) y c) de este párrafo, otorgarán solamente el derecho de tomar parte en las deliberaciones y votar.

3 — Los poderes serán depositados tan pronto se inaugure el congreso, ante la autoridad designada a ese efecto.

4 — Los delegados que no hayan presentado sus poderes podrán tomar parte en las deliberaciones y en las votaciones, siempre que hubieren sido anunciados por sus gobiernos, al gobierno del país sede del congreso. También podrán hacerlo aquellos delegados en cuyos poderes se haya constatado alguna insuficiencia o irregularidad. Ninguno de estos delegados podrá votar a partir del momento en que el congreso haya aprobado el informe de la comisión de verificación de poderes, en el cual se constate que no han presentado sus poderes o que éstos son insuficientes para votar y hasta tanto no se regularice tal situación.

5 — Sólo se admitirán los poderes y los mandatos originales debidamente otorgados. Sin embargo, se aceptarán las comunicaciones que se dirijan por telegrama o por cualquier otro medio de telecomunicación escrito, que respondan a peticiones de informes sobre cuestiones de poderes.

#### Artículo 107

##### Observadores

1 — Podrán participar en las deliberaciones del congreso, en carácter de observadores y con derecho a voz:

- a) Los representantes de administraciones postales de países no miembros de la Unión, que hubieren sido especialmente invitados por decisión del consejo consultivo y ejecutivo;
- b) Los representantes de la Unión Postal Universal (UPU);
- c) Los representantes de las uniones postales restringidas que ofrezcan reciprocidad.

2 — También se admitirán como observadores a los representantes de cualquier organismo calificado, que el consejo consultivo y ejecutivo estime necesario asociar a los trabajos del congreso.

#### Artículo 108

##### Atribuciones del presidente del congreso y de los vicepresidentes

1 — El presidente abre la sesión, dirige los debates, concede la palabra de acuerdo al orden en que se solicita, pone a votación los asuntos en los que no haya unanimidad de pareceres, decide sobre las cuestiones de procedimiento que ocurran durante las deliberaciones y clausura el congreso.

2 — El presidente firmará las actas, las resoluciones y recomendaciones que adopte el congreso, conjuntamente con el secretario general.

3 — En caso de impedimento, el presidente será sustituido por el vicepresidente perteneciente al país que desempeñó la presidencia del congreso anterior.

#### Artículo 109

##### Presentación y examen de las proposiciones

1 — Las proposiciones presentadas dentro del plazo señalado en el artículo 125, párrafo 1, del presente

Reglamento, servirán de base para las deliberaciones del congreso. Fuera de ese plazo las proposiciones deberán venir apoyadas por otras dos administraciones como mínimo y deberán presentarse al menos cuarenta y ocho horas antes de la apertura del congreso.

2 — En principio, cada proposición deberá tener un solo objetivo y deberá contener sólo las modificaciones justificadas por dicho objetivo.

3 — Sin embargo, podrán admitirse enmiendas en cualquier momento, bien por escrito o verbalmente, durante la discusión del tema de que se trate.

4 — El congreso determinará, en la sesión plenaria, la comisión que habrá de examinar cada una de las proposiciones. A tal efecto, la Secretaría General elaborará el oportuno documento de base, en el que se indicarán las proposiciones que, a su juicio, deba estudiar cada comisión o, en su caso, el propio congreso.

5 — Si una cuestión es objeto de varias proposiciones, el presidente decidirá el orden de discusión, comenzando en principio por la que se aleje del texto de base, o que implique un cambio más radical.

6 — Si una proposición pudiera subdividirse en varias partes, cada una de ellas podrá, con el acuerdo del autor de la proposición o del congreso, ser examinada y puesta a votación por separado.

7 — Si una enmienda es aceptada por la delegación que presentó la proposición primitiva, será incorporada de inmediato al texto de ésta. Si la enmienda no fuera aceptada, se aplicará, para el orden de discusión, el criterio establecido en el párrafo 5.

8 — El procedimiento descrito en el párrafo 7 también se aplicará cuando se presenten varias enmiendas a una misma proposición.

9 — Cualquier proposición retirada en el pleno o en comisión puede ser retomada por otra delegación. Asimismo, toda proposición rechazada o adoptada en comisión puede ser retomada en el pleno. Además, si la enmienda a una proposición es aprobada y aceptada por el país de origen de la proposición, otro país miembro podrá retomar la proposición original no modificada.

#### Artículo 110

##### Deliberaciones

1 — Los participantes deberán ajustarse al tema en discusión, limitando su intervención a un tiempo no mayor de cinco minutos, salvo acuerdo en contrario, tomado por la mayoría simple de los miembros presentes y votantes. En caso de excederse del tiempo previsto en el uso de la palabra, el presidente estará autorizado a interrumpir al orador.

2 — Previa consulta al congreso, con la aprobación de la mayoría simple de los miembros presentes y votantes, el presidente podrá:

- a) Limitar el número de intervenciones de una delegación sobre una proposición o grupo de proposiciones determinado;
- b) Limitar el número de intervenciones de distintas delegaciones sobre una misma proposición o grupo de proposiciones determinado, a cinco intervenciones a favor y cinco en contra del tema en discusión;
- c) Declarar cerrada la lista de oradores, después de dar lectura a la misma, respetando el derecho de la delegación que hubiere presentado la proposición de responder a las intervenciones de otras delegaciones.

## Artículo 111

**Mociones de orden y mociones de procedimiento**

1 — Durante la discusión de una cuestión o, incluso, dado el caso, después del cierre del debate, una delegación podrá presentar una moción de orden para pedir:

Aclaraciones sobre el desarrollo de los debates;  
El respeto de la Constitución o del Reglamento General;

La modificación del orden de discusión de las proposiciones sugerido por el presidente.

La moción de orden tendrá prioridad sobre todas las cuestiones, comprendidas las mociones de procedimiento mencionadas en el párrafo 3.

2 — El presidente hará inmediatamente las precisiones solicitadas o tomará la decisión que considere conveniente con respecto a la moción de orden. En caso de objeción, la decisión del presidente se pondrá de inmediato a votación.

3 — Además, durante la discusión de una cuestión, una delegación podrá introducir una moción de procedimiento que tenga por objeto proponer:

- a) La suspensión de la sesión;
- b) El levantamiento de la sesión;
- c) La clausura de la lista de oradores;
- d) El aplazamiento del debate sobre la cuestión en discusión;
- e) El cierre del debate sobre la cuestión en discusión.

Las mociones de procedimiento tendrán prioridad, en el orden arriba indicado, sobre todas las demás proposiciones, con excepción de las mociones de orden indicadas en el párrafo 1.

4 — Las mociones tendentes a la suspensión o al levantamiento de la sesión no se discutirán, sino que se pondrán inmediatamente a votación.

5 — Cuando una delegación proponga la clausura de la lista de oradores, la postergación o el cierre del debate sobre una cuestión en discusión, sólo se otorgará la palabra a dos oradores opuestos a la moción de procedimiento en cuestión, después de lo cual la moción se pondrá a votación.

6 — La delegación que presente una moción de orden o de procedimiento no podrá tratar, en su intervención, el fondo de la cuestión en discusión. El autor de una moción de procedimiento podrá retirarla antes de que se ponga a votación y toda moción de este tipo, enmendada o no, que fuere retirada, podrá ser retomada por otra delegación.

## Artículo 112

**Votaciones**

1 — Las cuestiones que no cuenten con el asentimiento general serán sometidas a votación. La validez del voto está subordinada a la presencia o representación de los dos tercios de los países miembros.

2 — La votación, por regla general, se efectuará levantando la pancarta con el nombre del país. Sin embargo, a petición de una delegación o por decisión del presidente se votará nominalmente, siguiendo el orden alfabético de países, previo sorteo para determinar la delegación que comenzará a votar.

3 — A petición de una delegación, apoyada por otra, se efectuará votación secreta. En tal caso, la presidencia

adoptará las medidas necesarias para asegurar el secreto del voto. La petición de votación secreta, hecha de conformidad con este párrafo, predominará sobre la de votación nominal.

4 — Cada país miembro tendrá derecho a un solo voto; además podrá votar por representación o por delegación, por otro país miembro.

## Artículo 113

**Actas de las sesiones**

1 — Las actas de cada sesión se redactarán en lengua española. Reproducirán sucintamente el desarrollo general de las sesiones, proposiciones formuladas, deliberaciones habidas y resultados obtenidos.

2 — Cada delegado tendrá el derecho de solicitar la inserción íntegra en el acta de toda declaración que formule, a condición de que entregue el texto a la Secretaría General en el término de después de finalizada la sesión de que se trata.

3 — Las actas de las sesiones se distribuirán a los delegados después de su reproducción y éstos dispondrán de un plazo de 24 horas para formular sus observaciones por escrito ante la Secretaría General. Como norma general, las actas deberán quedar aprobadas por el congreso 48 horas después de su distribución. Las actas de las últimas sesiones plenarias que no se hubieren entregado a los delegados, al menos con 48 horas de antelación a la clausura del congreso, serán aprobadas por el presidente del congreso. En este último caso, la Secretaría General tomará en consideración las observaciones que le lleguen dentro del plazo de 40 días a contar de la fecha de distribución de las actas a las delegaciones o de su envío a los países miembros que corresponda.

## Artículo 114

**Organización y funcionamiento de los congresos extraordinarios**

1 — Los países miembros se reunirán en congreso extraordinario cuando la importancia y urgencia de los asuntos a tratar no permitan esperar la celebración de un congreso ordinario.

2 — Los países miembros que lo promuevan señalarán, al mismo tiempo, cuál de ellos está dispuesto a ser la sede del congreso extraordinario, a fin de que la Secretaría General pueda recabar la conformidad con los demás países miembros.

3 — El gobierno del país designado como sede del congreso extraordinario enviará la oportuna invitación al gobierno de cada país miembro, al menos 6 meses antes de la fecha que se señale para el comienzo del congreso extraordinario, ya sea directamente o por conducto de la Secretaría General.

4 — Son de aplicación, por analogía, los párrafos 11 y 13 del artículo 104.

5 — Todo país tendrá derecho a formular reservas a las actas de la Unión y a las resoluciones relativas a la explotación postal que se adopten en un congreso extraordinario.

## Artículo 115

**Organización y funcionamiento de la conferencia**

1 — El presidente del consejo consultivo y ejecutivo convocará, por medio de la Secretaría General, a los representantes de los países miembros, para reunirse

en conferencia en la ciudad designada como sede del congreso de la UPU. En ella se examinarán las proposiciones y asuntos de mayor interés para la Unión, a fin de determinar los procedimientos de acción conjunta a seguir. La conferencia se reunirá a lo largo del congreso postal universal cuantas veces se estime necesario. Cuando existan asuntos importantes a tratar, el consejo consultivo y ejecutivo podrá convocar la reunión de la conferencia para una fecha anterior al inicio del congreso de la UPU, previo consentimiento de la mayoría de los países miembros.

2 — El presidente de la conferencia, que será el del consejo consultivo y ejecutivo, informará al congreso de los resultados de los trabajos realizados con ocasión del correspondiente congreso de la UPU y formulará propuestas tendientes a fijar la actuación que se juzgue más conveniente para el próximo congreso.

3 — La conferencia designará al país que deba sustituir al presidente de la misma, en caso de que éste no concurra a la reunión o se encuentre imposibilitado de asistir a alguna sesión.

4 — Todo cuanto se señala en el presente Reglamento para el desarrollo de las sesiones del congreso será de aplicación para la conferencia.

#### Artículo 116

##### Consejo consultivo y ejecutivo

1 — El consejo consultivo y ejecutivo estará compuesto por todos los países miembros de la Unión.

El país sede del congreso ejercerá la presidencia del órgano.

2 — La reunión constitutiva de cada consejo será convocada durante el congreso por el presidente de éste. En ella se elegirá un primer y un segundo vicepresidente. Si el país a quien corresponde la presidencia renunciase a ella, pasará a desempeñarla el primer vicepresidente. En tal caso, el segundo vicepresidente pasará a primero y se elegirá un nuevo segundo vicepresidente entre los miembros restantes.

3 — En su reunión constitutiva el consejo elegirá a cuatro países miembros, a los efectos de completar la conformación del comité de gestión.

4 — Cada administración postal designará a su representación ante el consejo consultivo y ejecutivo.

5 — Convocado por su presidente, por conducto de la Secretaría General, el consejo celebrará una sesión anual en la sede de la Unión. En casos excepcionales y sin que signifique mayor costo, el consejo podrá celebrar su reunión anual en otra ciudad de algún país miembro. En todas sus sesiones el secretario general tomará parte en los debates sin derecho a voto. El consejo dictará el reglamento interno que norme su funcionamiento.

6 — En caso de necesidad, el presidente, a propuesta de cualquier miembro y con el asentimiento de las dos terceras partes de los miembros del consejo, convocará una reunión extraordinaria, en el plazo máximo de dos meses.

7 — Las funciones de miembros del consejo serán gratuitas. Los gastos de funcionamiento estarán a cargo de la Unión. Con excepción de las reuniones que se realicen durante el congreso, los países miembros de la última categoría contributiva que no tengan posibilidad de utilizar sus fondos de cooperación técnica tendrán derecho al reembolso ya sea del precio de un único pasaje aéreo de ida y vuelta, clase económica, o del

costo del viaje por cualquier otro medio, con la condición de que este importe no exceda el precio del pasaje por vía aérea, ida y vuelta, en clase económica. Esta disposición se aplica a condición de que la delegación sea unipersonal.

8 — Serán invitados a participar como observadores:

- a) Los representantes de la UPU;
- b) Cualquier organismo calificado, siempre que el asunto a ser considerado esté relacionado con él;
- c) Las administraciones de países que tengan interés en los asuntos a ser tratados y que se desee asociar a los trabajos del consejo consultivo y ejecutivo.

9 — La Secretaría General enviará invitaciones a los observadores mencionados en el párrafo anterior.

10 — El consejo consultivo y ejecutivo coordinará y supervisará las actividades de la Unión con las siguientes atribuciones en particular:

- a) Mantener contacto con las administraciones postales de los países miembros, con los órganos de la UPU, con las uniones postales restringidas y con cualquier otro organismo nacional o internacional;
- b) Tomar iniciativas y realizar actividades destinadas a la defensa de los intereses comunes de las administraciones postales de los países miembros de la Unión, en lo que se refiere a los servicios postales;
- c) Actuar como contralor de las actividades de la Secretaría General;
- d) Examinar y, en su caso, aprobar la memoria anual formulada por la Secretaría General sobre las actividades de la Unión;
- e) Autorizar el presupuesto anual de la Unión dentro de los límites fijados por el congreso. Estos límites solamente podrán ser sobrepasados a iniciativa del consejo y con la aprobación de la mayoría de los países miembros;
- f) Examinar y, en su caso, aprobar la rendición de cuentas del presupuesto del año precedente;
- g) El consejo consultivo y ejecutivo considerará, en su primera reunión posterior al congreso ordinario, el régimen salarial del personal de la Secretaría General;
- h) Aprobar y modificar, en su caso, el estatuto del personal de la Secretaría General de la UPAEP;
- i) Examinar y, en su caso, aprobar el plan anual de participación de la Secretaría General en las reuniones postales internacionales, así como el número de funcionarios que deberán asistir a cada una de ellas, con excepción de aquellos viajes de emergencia que resulten de interés para la Unión. Bajo el mismo procedimiento aprobará los demás viajes que deban efectuarse en representación de la Unión;
- j) Examinar y autorizar, si procede, las solicitudes de trasposición entre programas y entre grupos de gastos de un mismo programa del presupuesto autorizado para el año en curso, hechas por el secretario general;
- k) Realizar, por mandato o de por sí, estudios con relación a los problemas administrativos, legislativos, jurídicos, técnicos, de explotación y económicos que presenten interés o que puedan



- afectar a las administraciones postales de los países miembros o a la Unión;
- l) Favorecer la implantación de las escuelas postales en los países miembros y a solicitud de las administraciones gestionar, por intermedio de la Secretaría General, acciones de expertos y consultores para su organización, desarrollo y funcionamiento, de acuerdo a programas de cooperación técnica;
  - ll) Designar al país sede del próximo congreso en los casos previstos en el artículo 104, párrafos 3 y 4, previa votación si hubiere más de un candidato;
  - m) Adoptar las disposiciones necesarias para designar al país que deba asumir la presidencia del congreso en el caso previsto en el artículo 104, párrafo 7;
  - n) Presentar al congreso proposiciones de modificación de las actas y proyectos de resoluciones y recomendaciones que surjan de estudios realizados por mandato o de por sí;
  - ñ) Decidir acerca de las administraciones de países no miembros y organismos calificados que deben ser invitados como observadores al congreso, conforme a las disposiciones del artículo 107 de este Reglamento;
  - o) Informar, a las administraciones postales de los países miembros, sobre el resultado de estudios iniciados de por sí, cuando no corresponda la intervención del congreso al que, sin embargo, dará conocimiento de ello por aplicación del párrafo 10;
  - p) Establecer normas acerca de los documentos que debe publicar y distribuir, gratuitamente o a precio de costo, la Secretaría General;
  - q) Redactar, con destino al congreso, el proyecto de programa de trabajo del próximo consejo, sobre la base de las sugerencias formuladas por las administraciones postales de la Unión;
  - r) La organización y desarrollo de los cursos que eventualmente disponga la Unión serán supervisados por el consejo consultivo y ejecutivo por intermedio de la Secretaría General;
  - s) Promover la cooperación internacional para facilitar, por todos los medios de que disponga, la cooperación técnica y económica a las administraciones postales de los países en desarrollo;
  - t) Actuar en instancia superior en las reclamaciones del personal de la Secretaría General contra las decisiones adoptadas por ésta y resueltas en primera instancia por la autoridad de alta inspección;
  - u) Proceder a la elección del cargo o cargos que corresponda entre los candidatos propuestos, en el caso previsto en el párrafo 7 del artículo 119;
  - v) Las demás atribuciones necesarias para el debido cumplimiento del objeto del consejo.

11 — El consejo consultivo y ejecutivo presentará, por lo menos con dos meses de anticipación al próximo congreso, un informe sobre el conjunto de las actividades realizadas en el período entre uno y otro congreso.

#### Artículo 117

##### Métodos de trabajo del consejo consultivo y ejecutivo

1 — El consejo consultivo y ejecutivo desarrollará sus trabajos con base en las políticas institucionales y los

objetivos globales que le fije el Congreso. Podrá priorizar estos objetivos, introducirles modificaciones e incorporar otros que resulten necesarios como consecuencia de las situaciones cambiantes que se vayan produciendo en la actividad postal.

2 — El consejo consultivo y ejecutivo determinará los instrumentos y los medios con los cuales desarrollará sus propias actividades.

3 — El consejo consultivo y ejecutivo designará un comité de gestión, cuya finalidad será:

- Evaluar los planes estratégicos y las prioridades establecidas;
- Analizar el alcance de la nueva estructura y el logro de los objetivos de eficiencia y eficacia;
- Realizar el seguimiento de la ejecución del presupuesto;
- Presentar al consejo un informe resumen consolidado del alcance de su agenda.

El comité estará integrado por siete miembros: el presidente del consejo consultivo y ejecutivo, los dos vicepresidentes y cuatro países miembros de la Unión, que serán elegidos por el consejo en su reunión constitutiva. El secretario general participará con voz y sin voto.

El costo de participación de los miembros del comité no se cargará, bajo ningún concepto, a la UPAEP.

### CAPÍTULO III

#### Secretaría General de la Unión

##### Artículo 118

##### Atribuciones

1 — En el marco de sus funciones generales, a la Secretaría General de la Unión le corresponde:

- a) Reunir y distribuir los documentos e informaciones que interesen al servicio postal de la Unión;
- b) Asegurar las funciones de intermediario en los procedimientos de adhesión, admisión y retiro de la Unión;
- c) Realizar las encuestas o estudios que le encomiende el congreso o el consejo consultivo y ejecutivo;
- d) Desempeñar la secretaría del consejo consultivo y ejecutivo, así como de su comité de gestión.
- e) Proporcionar las informaciones que le soliciten las administraciones postales, la Oficina Internacional de la UPU, las uniones restringidas o los organismos internacionales que se ocupen de temas que interesan a los servicios de correos;
- f) Intervenir y colaborar en los planes de cooperación técnica multilateral y representar a la Unión ante los correspondientes organismos internacionales o administraciones postales, que puedan facilitar su cooperación para el mejoramiento de los servicios de correos en los países miembros;
- g) Emitir opinión sobre la interpretación de las normas de la Constitución y del Reglamento General, así como de las resoluciones y recomendaciones que se dictaren, cuando alguna administración lo solicite;

- h) Emitir su opinión en cuestiones litigiosas a requerimiento de las partes interesadas;
- i) Tener al día el estado del grado de cumplimiento de las recomendaciones adoptadas por el congreso y comunicar a los países miembros las modificaciones del mismo;
- j) Mantener organizada la sección filatélica y la biblioteca de la Secretaría General;
- k) Formular anualmente la cuenta de gastos de la Unión;
- l) Redactar y distribuir oportunamente una memoria anual sobre los trabajos que realice, la que deberá ser aprobada por el consejo consultivo y ejecutivo;
- ll) Determinar el monto de las cuotas contributivas que debe satisfacer anualmente cada país;
- m) Llevar a la práctica los programas de cooperación técnica y de asistencia para el desarrollo de la enseñanza postal a nivel regional de la Unión y realizar las tareas de supervisión y control de los cursos postales de la Unión, de acuerdo con las directrices trazadas por el congreso y el consejo consultivo y ejecutivo;
- n) Conducir los proyectos que le asigne el consejo consultivo y ejecutivo.

2 — En el marco de los congresos, de la conferencia y demás reuniones de la Unión, a la Secretaría General le corresponde:

- a) Intervenir en la organización y realización de los congresos, de la conferencia y demás reuniones determinadas por la Unión;
- b) Cursar las consultas pertinentes, a cada uno de los países miembros, para la fijación de una nueva sede, en los casos previstos en los artículos 104, párrafo 3, y 114, párrafo 2. Luego hará conocer al consejo consultivo y ejecutivo el resultado de la gestión y solicitará su pronunciamiento en favor de uno de los países invitantes. Comunicará entonces, a cada gobierno, el nombre del país que el consejo consultivo y ejecutivo designó como sede del congreso;
- c) Distribuir oportunamente las proposiciones que las administraciones postales le remitan para la consideración de los congresos, de la conferencia y demás reuniones de la Unión;
- d) Desempeñar la secretaría de la conferencia;
- e) Elaborar un resumen de las decisiones adoptadas en las reuniones de la conferencia;
- f) Preparar la agenda para las reuniones del consejo consultivo y ejecutivo y el informe sobre sus estudios y proposiciones, que presentará al congreso;
- g) Publicar los documentos de los congresos, de la conferencia y demás reuniones de la Unión.

3 — En el marco de los congresos de la UPU:

- a) Gestionar, ante el país sede del congreso, las salas de reunión y de oficinas que se precisen, respectivamente para la conferencia y servicios administrativos;
- b) Difundir, entre los países miembros, la convocatoria para la reunión de la conferencia, de acuerdo con el presidente del consejo consultivo y ejecutivo;

- c) Prestar su colaboración a las administraciones postales de los países miembros, en cuestiones relativas al desarrollo del congreso postal universal.

#### Artículo 119

##### Secretario general y consejero de la Unión

1 — La Secretaría General de la Unión estará dirigida y administrada por un secretario general, asistido por un consejero. Ambos serán elegidos en votación secreta por el congreso entre los candidatos presentados al efecto. El secretario general y el consejero serán elegidos para un período y podrán ser reelegidos para otro período adicional. Se entiende por período el intervalo entre dos congresos ordinarios consecutivos.

2 — Para ser candidato al puesto de secretario general o de consejero, se requiere:

- a) Poseer una vasta experiencia en la organización y ejecución de los servicios postales, adquirida en la administración postal de un país miembro, y poseer la nacionalidad del país que presente su candidatura; o
- b) Ocupar el cargo de secretario general o de consejero de la Unión.

3 — Para la designación del secretario general y del consejero, se cumplirán las siguientes formalidades:

- a) Ser presentados por los gobiernos de los países miembros, excepto si se trata de los funcionarios que ocupan esos cargos, los cuales podrán presentar su candidatura directamente. Ambos cargos no podrán ser ocupados por nacionales de un mismo país miembro;
- b) Tres meses antes de la fecha de comienzo del congreso, los gobiernos de los países miembros harán la presentación formal de sus candidaturas al gobierno del país sede de la Unión, acompañando los correspondientes *curricula vitae*;
- c) cuando el secretario general o el consejero desearan presentar sus candidaturas, las enviarán acompañadas igualmente de sus *curricula vitae* y en el mismo término al gobierno del país sede de la Unión;
- d) Un mes antes, a más tardar, de la fecha de comienzo del congreso, el país sede de la Unión hará saber, a los gobiernos de los restantes países miembros, la nómina de los candidatos presentados y el *curriculum vitae* de los mismos. Igual información hará llegar a la Secretaría General;
- e) La elección se hará mediante voto secreto y por mayoría simple de miembros presentes y votantes.

4 — En caso de quedar vacante, la plaza de secretario general será ocupada interinamente por el consejero, con retención de sus responsabilidades.

5 — En caso de quedar vacante la plaza de consejero, el secretario general se hará cargo de las tareas atribuidas a dicho funcionario.

6 — En caso de vacante de ambos cargos, la autoridad de alta inspección asumirá interinamente la dirección y administración de la Secretaría General.

7 — Inmediatamente de producirse cualquiera de las eventualidades previstas en los párrafos 4 a 6, la Secretaría General cursará invitación a los países miembros de la Unión para presentar candidaturas al puesto o

puestos que deberán cubrirse. Por excepción a la norma del párrafo 1, el consejo consultivo y ejecutivo procederá a la elección del cargo o cargos que correspondan entre los candidatos propuestos, en la primera reunión que celebre el órgano con posterioridad a la fecha en que la o las vacantes se hayan producido. El mandato de los funcionarios elegidos se extenderá por el período que resta hasta el próximo congreso; dicho período no será computado, dado el caso, a los efectos de la reelección prevista en el párrafo 1.

8 — El procedimiento establecido en el párrafo anterior no será de aplicación cuando las vacantes se produjeran después de la última reunión ordinaria del consejo consultivo y ejecutivo, en el período comprendido entre dos congresos.

9 — El secretario general tendrá, además de las atribuciones que de forma expresa le confieren la Constitución y el presente Reglamento General, las siguientes:

- a) Nombrar y destituir al personal de la Secretaría General, de acuerdo con el Reglamento que a tal efecto apruebe el consejo consultivo y ejecutivo;
- b) Concurrir a las reuniones del congreso, del consejo consultivo y ejecutivo, de la conferencia y del comité de gestión del CCE, pudiendo tomar parte en las deliberaciones, con voz pero sin voto;
- c) Asistir, en calidad de observador, a los congresos de la UPU, así como a las reuniones del consejo ejecutivo y del consejo consultivo de estudios postales de la misma. En esta calidad informará a los países miembros de los asuntos de importancia para la Unión, tratados en las reuniones del consejo ejecutivo;
- d) Organizar la conferencia, así como las reuniones de los representantes de los países miembros de la Unión que asistan a las sesiones del consejo ejecutivo de la UPU;
- e) Contratar préstamos, suscribir documentos de adeudo y constituir garantías que no superen los dos duodécimos del presupuesto anual. Los documentos deberán ser suscritos mancomunadamente por el secretario general y el consejero;
- f) Abrir cuentas bancarias;
- g) Efectuar trasposiciones de partidas entre rubros y subrubros dentro del mismo grupo de un mismo programa, de acuerdo con las necesidades del servicio. Asimismo, consultar y obtener el acuerdo del presidente del consejo consultivo y ejecutivo para efectuar las trasposiciones mayores previstas en el artículo 116, párrafo 10, inciso i), del Reglamento General, que sean necesarias para solventar gastos importantes en situaciones de emergencia y, posteriormente, someter esas trasposiciones para confirmación al consejo consultivo y ejecutivo en pleno, de acuerdo con lo dispuesto en dicho artículo, conjuntamente con cualquier otro gasto que refleje cambios importantes en los programas o grupo de gastos dentro de un mismo programa.

10 — El consejero asistirá al secretario general y, en su ausencia, lo reemplazará en sus funciones, con sus mismas atribuciones y se ocupará fundamentalmente de:

- a) Dirigir las tareas administrativas;
- b) Confeccionar los proyectos de presupuestos de la Unión;

- c) Establecer las cuentas anuales;
- d) Colaborar con el secretario general en las actividades de estudios y cooperación técnica.

11 — Cumplir aquellas funciones que se señalan en el reglamento de la Secretaría General.

#### Artículo 120

##### Personal de la Secretaría General

1 — El personal que presta sus servicios en la Secretaría General será de dos clases:

- a) De servicios profesionales;
- b) De servicios generales.

2 — El congreso, a propuesta del secretario general, fijará, por resolución, la plantilla de personal tanto de la categoría profesional como la de servicios generales.

#### Artículo 121

##### Jubilaciones y pensiones del personal de la Secretaría General de la Unión

1 — El personal actual y futuro, elegido o contratado, residente o no residente, de la Secretaría General de la UPAEP, desde el 1º de abril de 1992 en adelante, no tiene derecho a jubilarse con cargo a la Unión. Sin embargo, tendrá derecho a recibir, al cesar en su cargo, ellos o sus causahabientes, una compensación por retiro integrada por la suma de todos los aportes realizados por el funcionado y por la Unión, más los intereses capitalizados a la tasa real que dichos fondos devenguen en plaza.

2 — Las jubilaciones del personal de la Secretaría General, reconocidas hasta el 31 de marzo de 1992 y las pensiones que por ese concepto se han derivado o se deriven, serán abonadas hasta su extinción, con cargo a un programa especial del presupuesto anual de la UPAEP. En el caso de que los fondos de dicho programa resultaren insuficientes, las mismas serán pagadas con cargo al fondo de ejecución presupuestario.

#### Artículo 122

##### Colaboración con la Secretaría General de la Unión

Las administraciones de los países miembros podrán enviar, por el tiempo indispensable, funcionarios técnicos para colaborar en la realización de trabajos especiales a la Secretaría General de la Unión, cuando ésta lo requiera en casos notoriamente justificados.

### CAPÍTULO IV

#### Autoridad de alta inspección

#### Artículo 123

##### Deberes del gobierno del país sede

Para facilitar el funcionamiento de la Secretaría General y de los otros órganos de la Unión, el Gobierno de la República Oriental del Uruguay:

- a) Otorgará los privilegios e inmunidades que establece el artículo 8 de la Constitución de la Unión;
- b) Adelantará los fondos necesarios para el funcionamiento de la Secretaría General;

- c) Adoptará toda otra medida necesaria para el cumplimiento de los cometidos de la Secretaría General.

#### Artículo 124

##### Atribuciones de la autoridad de alta inspección

A la administración postal de la República Oriental del Uruguay, en su carácter de autoridad de alta inspección de la Secretaría General, le compete:

- a) Formular las observaciones que estime procedentes, a la Secretaría General, sobre cualquier aspecto de su funcionamiento;
- b) Poner en conocimiento de los países miembros el no acatamiento, por la Secretaría General, de las observaciones que le hubiere formulado en aplicación de la potestad que le confiere el inciso anterior;
- c) Efectuar el control *a posteriori* de todas las contrataciones, gastos, movimientos de fondos, pagos, asientos contables, etc., de la Secretaría General;
- d) Tomar las medidas convenientes para que se haga efectivo el adelanto de fondos para el funcionamiento de la Secretaría General;
- e) Vigilar el cumplimiento de lo establecido en el presupuesto anual de gastos aprobado por el consejo consultivo y ejecutivo, de acuerdo con las estipulaciones del presente Reglamento General;
- f) Aprobar las rendiciones de cuentas anuales de los gastos de la Secretaría General;
- g) Resolver, en primera instancia, los reclamos del personal de la Secretaría General, contra las decisiones que ésta dictare;
- h) Adoptar cualquier otra medida necesaria para el cumplimiento de las funciones de alta inspección.

### CAPÍTULO V

#### Modificación de las actas, resoluciones y recomendaciones de la Unión

#### Artículo 125

**Proposiciones para la modificación de las actas, resoluciones y recomendaciones de la Unión por el congreso. Procedimiento**

1 — Las proposiciones se deben enviar a la Secretaría General con cuatro meses de anticipación a la apertura del congreso.

2 — La Secretaría General publicará las proposiciones y las distribuirá entre las administraciones postales de los países miembros, por lo menos tres meses antes de la fecha indicada para el comienzo de las sesiones.

3 — Las proposiciones presentadas después del plazo indicado en el párrafo 1 se tomarán en consideración si fueren apoyadas por dos administraciones como mínimo. Se exceptúan las de orden redaccional, que deberán ostentar en el encabezamiento la letra R, y que pasarán directamente a la comisión de redacción.

#### Artículo 126

**Condiciones de aprobación de las proposiciones relativas al Reglamento General, a las resoluciones y a las recomendaciones**

1 — Para que tengan validez las proposiciones sometidas al congreso y relativas al presente Reglamento

General, a las resoluciones y recomendaciones, deberán ser aprobadas por la mayoría de los países miembros presentes y votantes. Los dos tercios, por lo menos, de los países miembros de la Unión deberán estar presentes o representados en el momento de la votación.

2 — Se exceptúan de la regla precedente las proposiciones modificatorias del Reglamento General, relativas al funcionamiento del congreso (arts. 104 a 114, inclusive) las que requerirán mayoría de los dos tercios de los países miembros de la Unión, representados en el congreso. Estas proposiciones, de ser aprobadas, entrarán en vigencia de inmediato.

### CAPÍTULO VI

#### Finanzas de la Unión

#### Artículo 127

##### Presupuesto de la Unión

1 — Cada congreso fijará por resolución el importe máximo del presupuesto para cada año durante el período quinquenal siguiente al mismo, expresado en dólares de los Estados Unidos de América y tomando como base la presentación por programas y actividades hechas por la Secretaría General. Los presupuestos aprobados regirán desde el 1.º de enero al 31 de diciembre de cada año.

2 — La Secretaría General someterá al comité de gestión y al consejo consultivo y ejecutivo, el presupuesto detallado del año siguiente, así como la cuenta de gastos habidos durante el año precedente juntamente con los justificativos para su examen y, dado el caso, su aprobación.

#### Artículo 128

##### Fondo de ejecución presupuestario

1 — Al final de cada ejercicio económico, el total anual de los gastos, que deben sufragarse por el conjunto de los países miembros de la Unión, será incrementado en el porcentaje que acuerde cada congreso. Su importe se destinará al fondo de ejecución presupuestario.

2 — Este fondo se aplicará, por la Secretaría General, para el cumplimiento de las obligaciones presupuestarias.

3 — Si al finalizar un ejercicio económico, el fondo de ejecución presupuestario fuese igual o superior al total de los gastos previstos para el ejercicio siguiente, ese año no será de aplicación el incremento previsto en el párrafo primero.

#### Artículo 129

##### Contribución de los países miembros

1 — Los países miembros contribuirán, para cubrir los gastos de la Unión, según la categoría de contribución a la cual pertenezcan. Estas categorías son:

- Categoría de 12 unidades;
- Categoría de 11 unidades;
- Categoría de 10 unidades;
- Categoría de 9 unidades;
- Categoría de 8 unidades;
- Categoría de 7 unidades;
- Categoría de 6 unidades;
- Categoría de 5 unidades;
- Categoría de 4 unidades;

Categoría de 3 unidades;  
Categoría de 2 unidades; y  
Categoría de 1 unidad.

2 — Los países miembros pertenecerán a las siguientes categorías:

- a) De 12 unidades;
- b) De 11 unidades;
- c) De 10 unidades;
- d) De 9 unidades;
- e) De 8 unidades: Canadá — España y Estados Unidos de América;
- f) De 7 unidades: Portugal y República Federativa del Brasil;
- g) De 6 unidades: Argentina y Uruguay;
- h) De 5 unidades;
- i) De 4 unidades: Colombia — Chile y Estados Unidos Mexicanos;
- j) De 3 unidades;
- k) De 2 unidades: Antillas Neerlandesas y Aruba — Panamá — Paraguay y República de Venezuela;
- l) De 1 unidad: Bolivia — Costa Rica — Cuba — Ecuador — El Salvador — Guatemala — Haití — Nicaragua — Perú — República Dominicana — República de Honduras y República de Suriname.

3 — La categoría de contribución de un nuevo país que ingrese a la Unión deberá guardar relación con la importancia de su correo. La categoría de contribución inicial no podrá ser inferior a la de 2 unidades.

4 — Los países miembros podrán cambiar de categoría de contribución, con la condición de que este cambio sea notificado a la Secretaría General antes de la apertura del congreso. Esta notificación será comunicada al congreso y el cambio de categoría se hará efectivo en la fecha de entrada en vigor de las disposiciones financieras aprobadas por el congreso.

5 — Los países miembros sólo podrán reducir una categoría de contribución por vez. Los países miembros que no dieran conocimiento de su deseo de reducir su categoría de contribución antes de la apertura del congreso, serán mantenidos en la categoría a que pertenecían hasta entonces.

6 — Los cambios hacia categorías superiores no tienen ninguna restricción.

#### Artículo 130

##### Fiscalización y anticipos

La administración postal del país sede de la Unión fiscalizará los gastos de la Secretaría General y el gobierno del referido país hará los anticipos necesarios.

#### Artículo 131

##### Formulación de cuentas

La Secretaría General formulará, anualmente, la cuenta de los gastos de la Unión, que deberá ser verificada por la autoridad de alta inspección.

#### Artículo 132

##### Pago de las cuotas contributivas

1 — El presupuesto aprobado por el consejo consultivo y ejecutivo será comunicado de inmediato a los

países miembros, a los efectos de que éstos paguen la cuota-parte que les corresponda en dicho presupuesto. Este pago debe ser hecho antes del 30 de junio del año al cual corresponde este presupuesto. Si, en definitiva, no se gastase el monto total autorizado, los excedentes le serán acreditados al país respectivo y se imputarán a cuenta del presupuesto siguiente.

2 — Después de la fecha indicada en el párrafo anterior, las cantidades adeudadas, tanto respecto al presupuesto como al fondo de ejecución presupuestario, devengarán interés a razón del 5% al año, a contar del día de la expiración de dicho plazo.

### CAPÍTULO VII

#### Lenguas admitidas en la Unión

##### Artículo 133

##### Lenguas

1 — Los documentos de la Unión serán suministrados a las administraciones en lengua española. Sin embargo, para la correspondencia de servicio emitida por las administraciones postales de los países miembros cuya lengua no sea la española, podrán emplear la propia. Excepcionalmente, el consejo consultivo y ejecutivo podrá autorizar la traducción a las lenguas francesa, inglesa y portuguesa, de publicaciones que revistan interés especial para la ejecución de los servicios.

2 — Para las deliberaciones de los congresos, de la conferencia y del consejo, serán admitidos, además de la lengua española, el francés, el inglés y el portugués. Queda a criterio de los organizadores de la reunión y de la Secretaría General la elección del sistema de traducción a ser empleado.

3 — Los gastos que demande el servicio de interpretación correrán por cuenta de los países que soliciten ese servicio, salvo cuando se trate de países incluidos en la última categoría contributiva.

### CAPÍTULO VIII

#### Disposiciones finales

##### Artículo 134

##### Vigencia y duración del Reglamento General

El presente Reglamento General entrará en vigor el día primero de enero de dos mil uno y permanecerá vigente hasta la puesta en ejecución de las actas del próximo congreso.

En fe de lo cual, los representantes plenipotenciarios de los gobiernos de los países miembros de la Unión firman el presente Reglamento General en la ciudad de Panamá, República de Panamá, el día doce de septiembre de dos mil.

#### Aviso n.º 207/2003

Por ordem superior se torna público que, em 17 de Dezembro de 2001 e 3 de Julho de 2003, foram emitidas notas, respectivamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Estónia e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em que se comunica terem sido cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo entre